
Movimentos Sociais, Governança Ambiental e Desenvolvimento Rural no Brasil

Fabiano Toni

Professor Adjunto, Departamento de Ciências Sórias

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ftoni@uol.com.br

**Relatório Apresentado ao Programa Colaborativo de Investigación
'Movimientos Sociales, Gobernanza Ambiental Y Desarrollo
Territorial Rural'**

27/09/2004

Resumo Executivo

Este trabalho é uma análise comparativa de três movimentos sociais que têm como objetivo direto ou indireto o estabelecimento de mecanismos democráticos de desenvolvimento territorial rural e de governança ambiental no Brasil. Por desenvolvimento territorial rural entendemos processos de transformação produtiva e institucional capazes de aliviar a pobreza e reduzir as desigualdades sócio-econômicas dos espaços rurais. As transformações econômicas são fundamentais para criar novas oportunidades de trabalho e geração de renda para as populações mais pobres. As mudanças institucionais, por sua vez, visam garantir um espaço de negociação e articulação dos membros desta camada da população entre si e entre eles e atores externos que afetam ou potencialmente podem afetar o desenvolvimento territorial. Tal articulação permite que a população local participe e tenha papel de peso nas decisões que afetam o desenvolvimento socioeconômico do território onde vivem. O modo de vida destas populações está diretamente ligado ao uso de um grande número de recursos naturais e a garantia de acesso continuado a estes recursos passa justamente pelo estabelecimento de um sistema de governança ambiental efetivo. Governança ambiental é o conjunto de instituições que rege o uso dos recursos naturais. Por instituições devemos entender normas informais e formais – incluindo leis – valores, costumes, modalidades organizativas e práticas decisórias adotadas por determinado grupo social.

Para o estudo foram selecionados três movimentos sociais que diretamente tenham logrado ou ao menos buscado criar instituições para reger o uso dos recursos naturais e/ou provocar mudanças produtivas para aliviar a pobreza rural. Os três casos escolhidos são da região amazônica, área em que se concentra o maior número de grupos organizados envolvidos diretamente na luta pelo acesso e uso de recursos naturais. O primeiro movimento é o dos seringueiros da região do Alto Rio Acre, que estiveram envolvidos em intensas lutas pelo direito de uso dos recursos florestais de sua região durante os anos setenta e oitenta. Nesta época a economia da borracha estava em declínio e chegavam à região fazendeiros do sul determinados a converter florestas em pastagens. As disputas foram violentas, mas os interesses dos seringueiros prevaleceram e na região foi criada a primeira reserva extrativista do país, que leva o nome do líder seringueiro assassinado em 1989 – Chico Mendes.

O segundo caso é o das quebradeiras de coco babaçu, um outro grupo de extrativistas que se envolveu em violentos conflitos com fazendeiros e que luta para conservar um importante recurso natural da qual tiram parte significativa de seu sustento: a palmeira de babaçu (*Attalea speciosa*). Trata-se de um movimento bastante peculiar, pois é formado majoritariamente por mulheres, que são quem trabalham, juntamente com as crianças, nas atividades de coleta e quebra do coco babaçu. Cerca de 500 mil famílias na Amazônia e pré-Amazônia brasileira estão diretamente envolvidas na atividade. Trata-se de uma das camadas mais pobres da população rural brasileira.

O terceiro caso é o dos pescadores de lagos de várzea da região do Baixo rio Amazonas. Estes pescadores exploram os lagos que são formados pelas enchentes do Rio Amazonas e seus afluentes e que são uma rica fonte de pescado. Diversas mudanças socioeconômicas ocorridas nos anos 80 e 90 fizeram com que a intensidade da pesca nestes lagos aumentasse rapidamente, o que colocou em risco a subsistência dos moradores destas áreas. Diversas comunidades de pescadores se mobilizaram para criar normas e regulamentações – os chamados “acordos de pesca” -- a fim de garantir a sustentabilidade da pesca artesanal.

Conclui-se que os movimentos sociais podem sim tomar a iniciativa de criar mecanismos de governança ambiental, muitas vezes com sucesso. As reservas extrativistas e seus planos de manejo – elaborados por seus moradores -, assim como os acordos de pesca, são bons exemplos destes mecanismos. Mais ainda, os movimentos conseguiram provocar o Estado e estimulá-lo a tomar atitudes que contribuem para o estabelecimento de governança ambiental efetiva, Exemplos disso foi a criação de um órgão dentro do IBAMA -- o CNPT -- para trabalhar com as populações tradicionais e a desconcentração das instâncias decisórias relativa ao controle da pesca dentro deste órgão. Diversos governos municipais também têm respondido a demandas dos movimentos sociais. Em alguns casos os prefeitos destes municípios são representantes destes movimentos, democraticamente eleitos.

Percebe-se que, de modo geral, os movimentos passam por duas fases distintas. Na primeira, há intensa mobilização e luta pela garantia do acesso de seus constituintes a determinados tipos de recursos naturais. Nesta fase a ênfase dos movimentos está justamente na criação de novas instituições ambientais. Em um segundo momento, os movimentos mudam o foco de sua ação para a busca de alternativas produtivas que possam diminuir a pobreza que caracteriza a zona rural da Amazônia. Esta é uma fase em que as grandes mobilizações, protestos e enfrentamentos não são tão importantes e em que se buscam novos aliados e parceiros. Esta transição nem sempre é fácil. No caso dos seringueiros, a busca de novos modelos produtivos rendeu muito poucos êxitos, principalmente quando comparada com a luta travada anteriormente, pela garantia dos direitos de usos dos recursos florestais. O caso das quebradeiras de coco é o exemplo contrário. Elas conseguiram efetuar poucas mudanças institucionais relacionadas ao uso dos recursos naturais, mas foram relativamente bem sucedidas na busca de alternativas produtivas, a ponto de prosperar no competitivo mercado internacional de óleos vegetais. O movimento dos pescadores é muito mais complexo, pois há uma grande divisão entre pescadores de subsistência e pescadores comerciais. As mudanças institucionais que já ocorreram foram provocadas e atenderam os interesses dos primeiros. Por outro lado, são os pescadores comerciais quem mais podem se beneficiar de novos arranjos produtivos. O movimento contudo parece caminhar em direção a um melhor entendimento entre estes dois grupos, com ajuda de atores externos que buscam soluções de manejo dos lagos que possam garantir sua exploração comercial e o suprimento de pescado de fácil captura para os pescadores de subsistência durante todo o ano.

Sumário

Resumo Executivo	2
Introdução	5
Os Seringueiros do Acre	7
Introdução.....	7
Quem são os extrativistas?.....	7
Da Semi-escravidão à Expulsão.....	10
A Reação dos Mais Fracos: Mobilização Social e Alianças.....	11
Da Luta pela Sobrevivência à Luta pela Melhora nas Condições de Vida.....	14
Desafios e Ameaças.....	14
Identidade ameaçada? O Conflito entre Valores e Necessidades.....	15
As Quebradeiras de Coco Babaçu na Amazônia Oriental	17
Introdução.....	17
Contexto	17
A Ocupação da Zona dos Babaçuais: da Escravidão à Liberdade Subordinada.....	20
Organização como modo de Resistência	22
Avanços e Conquistas Iniciais	24
Organização pela melhora de vida: a criação de cooperativas.....	25
Considerações Finais	27
Os Pescadores do Baixo Amazonas	27
Introdução.....	27
Ocupação	28
Uma tipologia dos pescadores.....	29
Mudanças Sociais e Conflitos.....	30
Mudanças no uso e na posse da terra	30
Mudanças tecnológicas.....	31
Mudanças nas políticas públicas relacionadas ao setor de pesca	31
Mudanças demográficas	31
Resistência e Reação: Organização Social e as Reservas de Lagos.....	32
Rumo a uma Governança Ambiental Efetiva.....	35
Conclusões	37
Bibliografia Consultada	44

Introdução

Este trabalho é uma análise comparativa de três movimentos sociais que têm como objetivo direto ou indireto o estabelecimento de mecanismos democráticos de desenvolvimento territorial rural e de governança ambiental no Brasil. Por desenvolvimento territorial rural entendemos processos de transformação produtiva e institucional capazes de aliviar a pobreza e reduzir as desigualdades sócio-econômicas dos espaços rurais. As transformações econômicas são fundamentais para criar novas oportunidades de trabalho e geração de renda para as populações mais pobres. As mudanças institucionais, por sua vez, visam garantir um espaço de negociação e articulação dos membros desta camada da população entre si e entre eles e atores externos que afetam ou potencialmente podem afetar o desenvolvimento territorial. Tal articulação permite que a população local participe e tenha papel de peso nas decisões que afetam o desenvolvimento socioeconômico do território onde vivem. O modo de vida destas populações está diretamente ligado ao uso de um grande número de recursos naturais e a garantia de acesso continuado a estes recursos passa justamente pelo estabelecimento de um sistema de governança ambiental efetivo. Governança ambiental é o conjunto de instituições que rege o uso dos recursos naturais. Por instituições devemos entender normas informais e formais – incluindo leis – valores, costumes, modalidades organizativas e práticas decisórias adotadas por determinado grupo social.

O foco deste estudo está então em movimentos sociais que se engajaram na luta pelo estabelecimento de instituições voltadas ao uso racional e equitativo dos recursos naturais, tendo por objetivo melhorar suas condições socioeconômicas ou evitar ameaças externas a seu modo de vida. O conceito de movimentos sociais aqui utilizado é o de ação coletiva empreendida por grupos cujos membros têm uma identidade comum definida em função das atividades sócio-econômicas em que se engajam. Mais ainda, tais atividades necessariamente têm como base os recursos naturais dos territórios onde vivem. Dado o caráter transformativo dos fenômenos que analisamos – o desenvolvimento territorial rural e o estabelecimento de mecanismos de governança ambiental – necessariamente estes grupos têm que ter um histórico significativo de atuação, o que também implica em algum grau de organização formal.

A escolha dos casos estudados se deu portanto com base nas definições acima e na disponibilidade de dados para concluir o estudo dentro do prazo determinado e com os recursos disponíveis. Buscamos identificar, portanto, casos de movimentos sociais rurais que já possuem um histórico, minimamente documentado, de luta pela participação no controle de recursos naturais cujo uso gera ou pode gerar significativa renda para seus membros. Vale ressaltar, mais uma vez, que um requisito necessário para a escolha de um caso foi o engajamento de setores da população rural na ação coletiva. Assim, foram eliminados casos em que se desenvolveram ações claramente ligadas ao desenvolvimento territorial e ao estabelecimento de governança ambiental, mas como iniciativas de órgãos, governamentais ONGs, ou empresas privadas. A escolha final recaiu sobre o movimento das Quebradeiras de Babaçu, o movimento dos Seringueiros e o movimento dos pescadores dos lagos de várzea do Baixo Amazonas.

Os três movimentos são formados por trabalhadores rurais da Amazônia brasileira, região do país em que se encontram os mais acirrados conflitos pelo acesso e controle dos recursos naturais. Esta também é uma região onde o Estado desencadeou profundas mudanças estruturais que tiveram impactos duradouros e não antecipados sobre o meio ambiente e

populações locais. Estas mudanças acabaram adquirindo uma dinâmica própria e o Estado Brasileiro – ineficiente e centralizado – não conseguiu acompanhá-las. Com isso, formou-se um “vácuo” de governança na região, particularmente nas áreas em que as fronteiras agrícola e florestal avançam mais rapidamente.

Os movimentos sociais atuantes na região lutam para que o Estado preencha este vácuo, ou acabam eles mesmos o preenchendo, ainda que parcialmente. A luta deles em geral é pela garantia do acesso continuado aos recursos naturais dos quais dependem. Para tanto, é necessário criar um marco institucional e jurídico que lhes seja mais favorável. Como veremos nos estudos de caso, a luta pelo acesso aos recursos naturais foi o fator principal de mobilização no período de gestação destes movimentos. Esta luta ainda continua, mas, paralelamente, os movimentos se envolvem mais e mais com ações ligadas ao desenvolvimento rural. Tais ações incluem pressão e lobby político sobre os governos federal, estadual e municipal, bem como parcerias com órgãos governamentais e não governamentais ligados às mais diversas áreas que direta ou indiretamente contribuem para o desenvolvimento de novas oportunidades produtivas e melhoria da qualidade de vida.

O primeiro caso estudado é provavelmente o mais conhecido dos movimentos sociais da Amazônia: o movimento dos seringueiros do Acre. Os seringueiros vivem do extrativismo do látex e da coleta de castanhas (por isso em alguns momentos me refiro a eles simplesmente como extrativistas), além da agricultura em pequena escala. Apesar de haver seringueiros por toda a Amazônia, foi no Acre que o grupo atingiu o nível mais alto de organização e protagonizou notáveis episódios de mobilização. Lá também ocorreram episódios dramáticos, como o assassinato do líder Chico Mendes, e conquistas memoráveis, representadas principalmente pela implementação de áreas de proteção para uso sustentável pelas populações tradicionais – as reservas extrativistas.

O segundo caso pode não ser tão conhecido, mas ilustra uma luta tão acirrada e desigual quanto àquela dos seringueiros. Trata-se do movimento das quebradeiras de coco babaçu, que atua no lado oposto da Amazônia, principalmente no estado do Maranhão. Este é um movimento que luta pelo livre acesso das trabalhadoras rurais a um recurso natural que representa a maior fonte de renda de muitas famílias e cujo uso é parte integrante da cultura local. Este movimento também tem um aspecto de gênero notável, pois foi criado e é liderado por mulheres e empreende muitos esforços para que se reconheça o papel que as mulheres têm na economia familiar e regional

Por fim, estudo o caso da mobilização dos pescadores da região dos lagos de várzea do Rio Amazonas. Este é um movimento mais disperso geográfica e politicamente, com um nível de organização mais baixo do que os outros dois movimentos estudados. O foco da luta destes grupos está na garantia da conservação dos recursos pesqueiros para a pesca artesanal, principalmente para subsistência. Eles enfrentam vários desafios, dentre os quais a invasão de suas áreas por grandes empresas de pesca com capacidade elevada de causar danos aos recursos lacustres. O grupo ainda tem que lidar com um modelo extremamente centralizado e ineficiente de regulação do setor pesqueiro. Apesar disso, já houve grandes avanços no sentido de se criar um sistema de co-manejo da pesca, com participação das comunidades pesqueiras, empresas, governos locais e agências reguladoras.

Veremos que estes movimentos tiveram apoio fundamental de atores externos para que se estruturassem e se consolidassem. A Igreja Católica foi o parceiro de primeira hora da maioria dos movimentos sociais do campo na Amazônia. O movimento ambientalista e as diversas organizações que o compõem foi fundamental para dar maior visibilidade e força a estes movimentos de base. Contudo, fica claro que as agendas destes movimentos se tornam cada vez mais específica e eles ganham maior autonomia frente aos aliados, coisa que lhes rende benefícios mas que também tem algum custo. Contrariando um grande otimismo inicial, hoje é evidente que as agendas ambientalistas e daqueles que lutam pelo desenvolvimento de setores mais pobres da população rural não são idênticas, apesar de terem muito em comum. No momento em que os movimentos passam a priorizar sua agenda de desenvolvimento, os movimentos de base sentem dificuldades de organização interna e de mobilização de recursos. O reconhecimento destas divergências, por outro lado, tem iniciado um importante diálogo que pode conduzir ao estabelecimento de sistemas mais democráticos de governança do uso dos recursos naturais.

Os Seringueiros do Acre

Introdução

Os seringueiros são um grupo de produtores com características únicas. Uma das mais importantes é o fato de que dependem do, e muitas vezes controlam, o uso da terra em vastas áreas florestadas. Isto faz com que, a despeito de serem produtores pobres e individualmente pouco poderosos, coletivamente tenham grande influência sobre o destino da floresta em uma área significativa do estado do Acre. Mais relevante ainda é o fato de que a área sobre a qual exercem maior influência – a Reserva Extrativista Chico Mendes – funciona como uma barreira contra a expansão desenfreada da pecuária rumo ao Sudoeste do estado, na região de fronteira com a Bolívia e Peru.

Esta dependência que os extrativistas têm em relação à floresta historicamente os colocou em situações de constante conflito e tensões sociais, que se manifestaram de diversas formas ao longo do tempo. A forma moderna do extrativismo, ligada ao suprimento industrial de borracha, nasceu e se desenvolveu como um regime de escravidão por dívida, sem que o Estado se opusesse a ele. Pelo contrário, este sistema foi deliberadamente fortalecido a fim de aumentar a produção brasileira de borracha natural durante a Segunda Guerra Mundial. Paradoxalmente, os conflitos mais violentos irromperiam justamente com o declínio do sistema extrativista tradicional, quando criadores de gado e seringueiros iniciaram uma luta pela posse e direito de uso da terra.

Quem são os extrativistas?

Os extrativistas formam um dos muitos grupos de “populações tradicionais” brasileiros, que incluem ainda indígenas, ribeirinhos e pescadores, entre outros. Apesar desta designação, sua tradição é bastante recente, uma vez que o grupo praticamente não existia até o final do século XIX. Ainda assim, eles se tornaram um ícone na luta dos direitos das populações tradicionais e, de certa forma, do próprio movimento ambientalista brasileiro.

Até meados do século XIX, o extrativismo na Amazônia tinha como base um sistema de comerciantes independentes – os regatões – que transitavam pelos rios da Amazônia em seus barcos comprando produtos florestais e vendendo mercadorias essenciais à vida daqueles que viviam na floresta. Dentro das florestas, em geral os homens se encarregavam da extração de produtos não madeireiros e suas famílias cuidavam de pequenas roças de subsistência. Inicialmente, este sistema se concentrava nas cercanias de Belém e Manaus. Posteriormente, ele serviu de base para um ciclo muito mais intenso, concentrado apenas na extração da borracha, cuja demanda aumentou dramaticamente após a invenção da vulcanização sulfúrica (1839), dos pneumáticos (1885) e, principalmente, após o início da produção serial de automóveis.

O mercado produtor respondeu a este aumento de demanda e como consequência o sistema de regatão se ampliou e adentrou, entre outros, os rios Purus, Madeira e Juruá e seus afluentes, ultrapassando as fronteiras do Brasil. À medida que o sistema se expandiu ele também tornou-se mais sofisticado, com a introdução de vários níveis de intermediários na cadeia de comercialização, operando sob controle de grandes comerciantes residentes em Belém e Manaus – os barões da borracha. Este sistema, que ficou conhecido como *aviamento*, tinha como base um rígido controle da mão de obra nos seringais, bem como o monopólio da compra da borracha e da venda das mercadorias necessárias à sobrevivência dos seringueiros. Na prática, as obrigações para com o seringalista ou o com dono do barracão (entrepasto comercial do seringal) eram tão rígidas que os extrativistas viviam sob um sistema de escravidão por dívida.

Atender à demanda por borracha gerada pela revolução industrial foi possível devido à imigração em massa de Nordestinos que ao final do século XIX sofriam as agruras de um longo período de secas. Entretanto, seus sonhos de enriquecer na Amazônia foram frustrados não só pelas precárias condições de trabalho e saúde que enfrentaram como também, pelo colapso que o mercado brasileiro de borracha sofreu após 1910, quando as plantações de seringueira da Ásia entraram em produção. Entre 1910 e 1920, muitos imigrantes retornaram ao Nordeste sem ter alcançado a almejada de prosperidade. De acordo com dados de censos populacionais, a população do estado do Acre diminuiu 14% entre 1920 e 1940, de 92370 para 79768 habitantes (Schimink e Wood, no prelo).

Apesar dos sucessivos fracassos nas tentativas de estabelecer plantações comerciais na Amazônia, o setor voltou a prosperar na década de 1940, devido à Segunda Guerra Mundial. O Japão tomou o controle das plantações asiáticas e praticamente cortou o suprimento de borracha para os países aliados. Nos anos anteriores ao início da guerra, a Alemanha havia se estocado com borracha brasileira e como o governo de Getúlio Vargas flertava com o eixo, o governo americano decidiu intervir e estabeleceu um tratado de cooperação econômica com o Brasil (os *acordos de Washington*). Este tratado canalizou um significativo volume de recursos que foram usados principalmente no desenvolvimento da indústria de base brasileira e também no revigoramento da produção de borracha, o que garantiria o suprimento deste material aos aliados.

Para o Brasil conseguir produzir a quantidade de borracha demandada pelos esforços de guerra, seria necessário engajar um grande contingente de mão-de-obra na extração do látex — que não estava disponível na Amazônia. Mais uma vez, recorreu-se aos flagelados das secas no Nordeste, e o que se viu foi um novo fluxo migratório, ainda mais impressionante que o anterior, graças aos esforços estatais para promovê-lo. O governo iniciou uma intensa campanha de alistamento de seringueiros na qual lhes prometia grandes oportunidades de realização

econômica, além de apelar para seu senso cívico. Cartazes afixados em locais públicos pelo interior do nordeste apregoavam: “Trabalhadores Nordestinos! Alistem-se no SEMTA¹ hoje mesmo e cumpram seu dever com a pátria.” (Negreiros, 2000). O SEMTA levou para a Amazônia cerca de 55.000 nordestinos, que ficaram conhecidos como os *soldados da borracha*.

Além do serviço de recrutamento dos *soldados da borracha*, o governo criou outros órgãos a fim de aumentar a produção extrativista, com destaque para o Banco de Crédito da Borracha. Com isso, foi possível intensificar a extração e aumentar a produção de látex, sem que contudo se modernizasse o setor, devido à resistência da elite que há controlava a cadeia de comercialização. Ao perceber que seus esforços de modernização seriam fúteis, o governo federal capitulou e fortaleceu o antigo sistema de produção a fim de atingir seus objetivos.

A migração para a Amazônia e o início do trabalho como seringueiro já era fruto de uma tensão social. A ida para a região significava a fuga de uma situação de pobreza e vulnerabilidade ao clima árido do Nordeste brasileiro. Mais do que isso, era a tentativa de fugir a um sistema de dominação social que tinha por base o controle do acesso à terra. Como agravante, a maioria deixava para trás toda a família, ou parte dela, e viajava levando consigo a expectativa de retornar em melhores condições econômicas, ou de futuramente levar a família para o Eldorado que pensavam que encontrariam. Isto nunca ocorreu e a migração para a Amazônia acabou tornando-se sinônimos da fuga, da busca desesperada por terra, por emprego, por renda, enfim, por tudo que faltava em sua região.

Durante a imigração para a Amazônia, dezenas de milhares perderam suas vidas. As condições sanitárias eram precárias desde a saída dos imigrantes. Na chegada à Amazônia, muitos padeceram devido a doenças como Malária, Meningite e Febre Amarela. O número de baixas foi ampliado posteriormente no confronto entre seringueiros e indígenas no momento de abertura e ocupação dos novos seringais. Estima-se que dos 55 mil imigrantes que deixaram o Nordeste neste período, 31 mil morreram logo nos primeiros anos (Negreiros, 2000). Ao contrário do que o governo federal prometera aos “soldados da borracha”, o que os imigrantes encontraram foi o mesmo sistema de trabalho semi-escravo vigente no primeiro ciclo da borracha. Para piorar, eles iniciavam suas atividades com uma enorme dívida acumulada, relativa a seu transporte do Nordeste para a Amazônia.

No sistema de aviamento não havia possibilidade dos seringueiros acumularem capital algum, pois o uso de dinheiro era raro, uma vez que as mercadorias eram trocadas com os donos dos barracões. Para piorar, os extrativistas eram forçados a dedicar-se quase que exclusivamente à coleta do látex; pois aos donos dos seringais não interessava a abertura de áreas de pasto e de lavouras, pois isso poderia implicar na diminuição do número de seringueiras a ser exploradas, bem como no desvio da mão de obra do extrativismo para a agropecuária. Mais importante ainda, caso os seringueiros fossem bem sucedidos na agropecuária, sua dependência para com os patrões seria fortemente reduzida.

As chances de que se organizasse qualquer tipo de ação coletiva a fim de confrontar esta situação eram mínimas. Além do evidente desequilíbrio de forças ente patrões e seringueiros, estes viviam isolados uns dos outros, sem muitas oportunidades de interação. Eles também vinham de uma região onde as relações sociais eram extremamente verticalizadas e autoritárias e não tinham tradição de organização social. Além disso, nos primeiros anos deste segundo ciclo, o

¹ Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

sistema de aviação estava respaldado por um governo nada democrático, que considerava a produção de borracha como parte de um esforço de guerra do Estado brasileiro.

Da Semi-escravidão à Expulsão

Os acordos de Washington deram grande impulso à produção de borracha durante seus anos de vigência (1942-47), mas o apoio externo se acabou com o fim da guerra e com a normalização do mercado internacional de borracha, no qual o produto brasileiro era pouco competitivo. Entretanto, a indústria brasileira se desenvolveu significativamente neste período, o que ampliou a demanda interna pelo produto, já maior que a produção nos anos 50. Este crescimento interno justificou a continuação do apoio ao setor, inclusive com subsídios e crédito, por mais duas décadas.

Após 1964, com a instalação do regime militar, o governo deixou de considerar a borracha como uma prioridade. Isto ficou muito claro após a instalação o lançamento de seu plano de ocupação e modernização da economia da Amazônia – Operação Amazônia -- em 1966. Um das prioridades do plano era a introdução da pecuária em larga escala na região. Com isso esperava-se promover o rápido crescimento econômico e a ocupação humana da Amazônia.

Ao mesmo tempo em que mudaram as políticas de ocupação e desenvolvimento da região, o mercado da borracha voltou a sofrer com a competição externa. A produção nos seringais cultivados da Ásia atingiu níveis sem precedentes e os preços internacionais sofreram um gradativo declínio. Ao mesmo tempo, o país se via às voltas com altas taxas de inflação. Com isso, os donos de seringais começaram a ter dificuldades crescentes para pagar seus credores – as casas aviadoras -- e muitos tiveram que vender suas terras. Pela primeira vez na história, a cadeia de produção da borracha começou a se adaptar a normas de mercado. Terras eram vendidas e compradas, e em muitas áreas os novos proprietários estabeleceram um sistema de arrendamento das colocações. O controle sobre os seringueiros foi se afrouxando lentamente e eles puderam comercializar seus produtos e fazer suas compras com maior liberdade.

Este foi um momento crítico na vida dos seringueiros, pois eles finalmente começaram a se livrar das amarras de um sistema de produção e de controle dos recursos naturais do qual eles eram peças sem nenhum poder de decisão. A partir do momento em que eles adquiriram algum grau de autonomia na determinação de seus sistemas de produção, suas condições de vida começaram a melhorar sensivelmente.

Os planos do governo federal para Amazônia previam uma total “modernização” da economia regional, coisa que exigia a remoção da elite tradicional, considerada um obstáculo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas. Em princípio, o enfraquecimento da elite seringueira aliviou a tensão social e econômica sob a qual viviam os extrativistas. Contudo, o desenrolar do novo modelo de crescimento econômico revelou grandes riscos ao modo de vida deste grupo.

O esforço de promover a ocupação da Amazônia previa a instalação de grandes fazendas de pecuária de corte e para tanto o governo investiria em infraestrutura e mobilizaria uma série de recursos creditícios e fiscais para atrair investidores. No Acre, o governador -- Wanderley Dantas -- indicado pelo presidente Emílio G. Médici empenhou-se pessoalmente na tarefa de atrair fazendeiros para o estado. Além de apregoar as boas condições edafoclimáticas da região e o baixo preço das terras, prometia que em um futuro próximo o estado teria uma ligação rodoviária

com um porto no Oceano Pacífico, o que ampliaria o mercado de carne e valorizaria as terras. Tudo isso era feito por meio de propagandas veiculadas na mídia do Sul e Sudeste do país, onde pecuaristas se confrontavam com a falta de terras para expandir suas atividades. Ainda que a estrada para o Pacífico nunca tenha sido construída, o governador não mentiu ao dizer que a região era propícia para a pecuária e que as terras eram baratas. Para os donos dos seringais, o valor da floresta estava nas seringueiras e em seu látex. Um vez que o produto se desvalorizou e que eles estavam endividados, não restava muito que fazer a não ser vender suas enormes propriedades a preços reduzidos.

Durante as décadas de 1970 e 1980, muitos investidores de fora do estado chegaram ao Acre para comprar terras e abrir fazendas de gado. Se para os antigos donos destas terras os extrativistas eram uma fonte de lucro, para o fazendeiro eles representavam um grande empecilho a suas atividades. A criação extensiva de gado demandava grandes extensões de terra, assim como extrativismo, uma vez que a densidade de seringueiras e castanheiras na floresta é relativamente baixa². Logo fazendeiros e extrativistas começaram a travar uma aguerrida disputa pela terra. A seu lado, os fazendeiros tinham poderosas máquinas, dinheiro, apoio do poder público e, não raramente, pistoleiros prontos para agir. Os extrativistas por sua vez eram pouco organizados e não tinham muitos recursos para resistir aos avanços dos novos donos das terras. Os seringais que antes abrigavam um grande número de seringueiros começaram a tornar-se fazendas com muito pasto e gado e poucos empregos para a população que ia perdendo seu meio tradicional de sustento.

A Reação dos Mais Fracos: Mobilização Social e Alianças

O relaxamento do sistema de aviação significou a diminuição do controle não só sobre as atividades econômicas como também sobre as atividades sociais dos extrativistas. Com o arrefecimento das cobranças e obrigações impostas pelo sistema, eles encontraram oportunidades para intensificar os contatos entre si e com o mundo fora dos seringais. A ameaça imposta pela chegada dos fazendeiros foi um impulso ainda mais forte em direção a uma organização social mais combativa pelos extrativistas. O sistema de aviação deixava os trabalhadores rurais em situação permanente de pobreza e dificuldades de toda sorte, mas a entrada das fazendas significava simplesmente a aniquilação da única fonte de sobrevivência que eles tinham. As opções para os que eram expulsos de suas terras era voltar para o Nordeste – algo difícil dada a falta de dinheiro --, ir viver sem muitas alternativas de emprego na periferia da capital do estado -- Rio Branco --, ou entrar ainda mais na mata para abrir *colocações*³ em áreas onde os fazendeiros ainda não chegavam.

A despeito do sofrimento que estas mudanças socioeconômicas causaram, elas representaram uma valiosa oportunidade política para a mobilização do grupo. Gradualmente, os

² Em geral, as estradas de seringa têm cerca de 100 ha e cada colocação costuma ter de 6 a 12 estradas, números que variam de acordo com a densidade de árvores no local, disponibilidade de mão de obra e de terra.

³ Colocação é o nome dado à área onde o seringueiro coleta o látex. Trata-se de uma área de exploração individual, mesmo quando a propriedade é coletiva (caso das reservas), demarcada pela abertura de caminhos (estradas) interligando as árvores exploradas.

extrativistas perceberam que a fuga e a capitulação não eram as únicas opções para lidar com o problema que os afligia. Assim a resistência começou a se estruturar na região do Alto Rio Acre.

Oportunidade, contudo, não é condição suficiente para a emergência e sucesso de um movimento social. Alguns outros fatores foram fundamentais na mobilização dos extrativistas, como o surgimento de aliados externos para ajudar a organizar o movimento e, em um segundo momento, a alavancar sua força política. Entre estes aliados se encontravam sindicalistas e militantes de partidos de esquerda com experiência de trabalho em outras regiões do país e membros de setores progressistas da Igreja Católica. Em um segundo momento, os movimentos e organizações ambientalistas tornaram-se aliados cruciais para algumas conquistas dos seringueiros.

Pode-se dizer que até então não havia uma clara identidade entre os seringueiros. Ela passa a ser forjada então com apoio externo e tendo como catalisador o elemento comum de ameaça a que todos estavam sujeitos: a pecuária, que chegava para destruir a floresta, os seringais e a vida dos que deles dependiam. O grupo se definia não só pelo que seus membros faziam - coletar látex --, mas também por aquilo que eles não faziam: cortar a mata para criar gado. A definição da identidade coletiva nestes termos teve um efeito simbólico muito forte, com repercussão duradoura, principalmente pela dramaticidade da luta travada entre os extrativistas e os fazendeiros, cujos marcos principais foram os assassinatos dos líderes sindicalistas Wilson Pinheiro, em 1989 e, principalmente, Chico Mendes, em 1988.

A forma inovadora e pacífica de protesto e resistência dos seringueiros – os empates -- marcou profundamente a identidade e que eles construíram para si próprios e a imagem do grupo que se difundiu por todo o mundo. Os seringueiros passaram a representar não somente uma classe pobre e oprimida, mas também os agentes da conservação da floresta amazônica e suas riquezas biológicas. Sem dúvida, esta imagem dos seringueiros foi fundamental para o estabelecimento de alianças com elites externas ao ambiente político local e regional que era então controlado por grupos totalmente favoráveis à expansão da pecuária. A derrubada da floresta deixou de ser assunto de interesse local e ganhou destaque na mídia nacional e internacional. Os aliados internacionais dos extrativistas usaram seu poder de pressão direta e indiretamente e assim as reivindicações da população local desviaram das barreiras que os governos municipais e estadual representavam e foram bater diretamente em Brasília. Como resultado, o conflito se resolveu a favor dos Extrativistas, principalmente por meio da criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, que era uma antiga reivindicação do grupo.

A criação da Reserva Chico Mendes (ver Quadro I) sacramentou o compromisso dos extrativistas de não devastar a floresta e de não promover a pecuária nem a exploração madeireira. Este compromisso tem distintas facetas: é ao mesmo tempo um compromisso moral para consigo mesmos e para com todos aqueles que apoiaram seu movimento; é um compromisso estratégico, necessário para que os extrativistas não percam apoio externo nem tampouco permitam que surjam novas ameaças a seu modo de vida; por fim, é um compromisso legal, pois os moradores da reserva vivem sob certas regras que restringem o uso dos recursos naturais. A quebra destas regras pode implicar em sanções, multas e até mesmo na expulsão dos infratores da área. A seriedade destes compromissos se reflete no fato de que apesar da reserva

ser uma unidade de conservação de uso sustentável⁴, seu Plano de Utilização tem um caráter bastante conservacionista e os moradores tiveram participação direta na sua elaboração. Foi deles mesmo, portanto, a escolha por restringir o uso dos recursos naturais, o que não é surpreendente, considerando a maneira como abraçaram o discurso ambientalista durante sua luta contra os fazendeiros. Este posicionamento estratégico foi fundamental para que o grupo arrebanhasse aliados e lograsse barrar o rápido avanço da pecuária.

Quadro I: A Reserva Extrativista Chico Mendes

A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada por decreto presidencial (no 99.144) em 1990. É a maior unidade de conservação deste tipo no Brasil, com 931062 ha, que se espalham por seis municípios: Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira e Assis Brasil e Capixaba. Dentro da reserva vivem cerca de 1.500 famílias, ou aproximadamente 9000 pessoas, distribuídas em 48 seringais com aproximadamente 1.100 colocações.

A administração da reserva ficou a cargo do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em conjunto com os próprios moradores. Para viabilizar esta co-gestão, foram criadas 3 associações de moradores da reserva: AMOREAB – Associação de Moradores de Assis Brasil; AMOREX, Associação de Moradores de Xapuri; e AMOREB, Associação de Moradores de Brasiléia.

O Plano de Utilização foi realizado com a participação de moradores e com apoio de profissionais voluntários por meio de reuniões e assembléias, ocorridas em fins de 1994. O CNPT atuou principalmente no final do processo, revisando a proposta para o plano, que foi aprovado em 18/04/1995. Entre outras coisas, o plano determina que apenas 10% de cada colocação pode ser utilizada para atividades “complementares”, como agricultura e pecuária, sendo que apenas metade desta área pode ser destinada à criação de animais; veda a entrada de madeireiros na reserva a fim de explorar a madeira e proíbe o comércio do produto dentro da própria reserva; proíbe também a pesca profissional e condiciona a exploração comercial de produtos florestais não madeireiros, com exceção da castanha e do látex, à elaboração de planos de manejo.

⁴ De acordo com a lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as Unidades podem ser de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional (Estadual ou Municipal); IV - Monumento Natural; e V - Refúgio de Vida Silvestre. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional (Estadual ou Municipal); IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural. Nas Unidades de Proteção Integral é vetado o uso direto dos recursos naturais.

Da Luta pela Sobrevivência à Luta pela Melhora nas Condições de Vida

Após a publicação do decreto criando a Reserva Extrativista Chico Mendes, o movimento dos seringueiros entrou em uma nova fase e mudou seu foco de ação do conflito (já desnecessário) para a geração de novas oportunidades produtivas. Em 1994, entrou em operação o Projeto RESEX, um dos subprogramas do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Um dos objetivos do projeto era a “melhoria das atividades produtivas”, o que passava pela divulgação de novas tecnologias, melhorias no processamento e armazenamento de produtos e criação de novas fontes de renda usando os produtos florestais. Desde então, este e outros projetos conduzidos por diversas ONGs, universidades e órgãos de cooperação buscam encontrar novas maneiras de incrementar a renda dos extrativistas.

Também são diversas as organizações de base envolvidas nestas iniciativas, com destaque para as associações de moradores da Reserva, cooperativas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região. De modo geral, as associações trabalham na organização interna das comunidades da Reserva. Os sindicatos têm uma atuação mais política e abrangem um universo de trabalhadores rurais que vai além dos moradores da Reserva. As cooperativas, por sua vez, têm presença mais forte na comercialização da produção. As cooperativas dos municípios de Xapuri e Brasiléia beneficiam parte da castanha coletada na região e, com isso, tentam romper um forte cartel de compradores que domina o mercado há muitos anos. Nesta tarefa, recentemente eles receberam ajuda do governo estadual para modernizar as unidades de processamento e aumentar sua capacidade produtiva.

O governo estadual também forneceu importante ajuda aos extrativistas ao criar em 1998 um programa de subsídio à borracha, que causou um significativo aumento o preço deste produto. O apoio recebido do governo estadual desde 1998 é de certa forma fruto de outra conquista notável do movimento, que foi a mobilização política dos trabalhadores rurais para eleger o primeiro governador do Partido dos Trabalhadores no Estado. Esta aliás não foi a única vitória política dos extrativistas. A participação deste grupo na política local em diversos municípios do interior do estado tornou-se cada vez maior ao longo da década de 1990, culminando com a eleição de um seringueiro para prefeito de Xapuri, em 1996. Nas eleições municipais seguintes, em 2000, esta participação aumentou e o partido conquistou sete das 22 prefeituras do estado, incluindo os municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri (reeleição), na região da Reserva Chico Mendes.

Desafios e Ameaças

O movimento dos extrativistas atingiu um novo patamar ao buscar e conseguir se engajar em formas de mobilização e participação mais convencionais e institucionalizadas, como a política partidária e eleitoral. Isto sem dúvida trouxe inúmeros benefícios para o grupo, mas também representou um empobrecimento do repertório de ações dos extrativistas. Como seria normal de se esperar de um movimento que se consolida, ele passou por um processo de burocratização e acabou distanciando as lideranças da base. A luta política e o dia-a-dia da administração de cooperativas e associações incita uma menor participação popular do que confrontos diretos com fazendeiros ou como estado. Mesmo que os canais de participação e decisão estejam abertos à toda comunidade extrativista, não são muitos os que se dispõem ou podem se engajar nestas atividades, e aqueles que se dispõem a fazê-lo acabam dominando o movimento, ainda que involuntariamente.

Se no campo político os extrativistas tem tido sucesso, seu desempenho na geração de novas oportunidades produtivas ainda é fraco. As cooperativas têm encontrado dificuldades para desempenhar suas atividades de maneira eficiente e lucrativa. Os líderes políticos foram forçados na luta, sob a enorme pressão de resistir para sobreviver, o que lhes proporcionou grande aprendizado. No campo empresarial, entretanto, estas habilidades adquiridas nos muitos anos de confronto são insuficientes e parece haver uma dificuldade muito grande de superar esta deficiência. Isso se dá pelo fato de que há poucas pessoas com qualificação profissional para desempenhar tarefas básicas ligadas à compra de matérias-primas, operação da linha de produção, controle de qualidade e marketing, entre outras. De modo similar ao que ocorre com as lideranças políticas, a renovação de lideranças têm sido muito lenta e talvez represente um dos maiores desafios para o sucesso do movimento dos extrativistas.

Identidade ameaçada? O Conflito entre Valores e Necessidades

Há uma segunda ameaça ao movimento dos extrativistas que pode atingir diretamente a identidade que este grupo assumiu, particularmente o verniz ecológico do qual se revestiu. Trata-se da contínua dificuldade de sobreviver com o a exploração da castanha e da borracha e o crescimento da atividade que os ameaçou e que também os uniu na década de 1980: a pecuária.

Apesar dos subsídios e dos inúmeros projetos de criação de fontes alternativas de renda, como sistemas agroflorestais, manejo de açaí, manejo de pupunha, produção de mel, produção de óleo de copaíba, só para mencionar alguns, o fato é que os extrativistas expandiram suas áreas de agricultura e pastagem nos seringais localizados na reserva, e mais ainda naqueles fora dela⁵. Análises do desflorestamento feitas por meio de imagens de satélite mostram que, em 1986, ainda antes da criação da reserva, 0,7% da área havia sido desflorestada. Este valor subiu para 1,5% em 1992 e 2,9% em 1998. A maior expansão da área de pastagem na reserva ocorreu entre 1995 e 1998. Em um estudo de quatro seringais da Reserva Chico Mendes, Gomes (2002) mostra taxas de expansão de 73%, 118%, 342% e 655%. É verdade que os valores absolutos são relativamente baixos – 100 a 150ha a mais de pastagem por seringal -- mas a tendência de aumento é inequívoca. Além do mais, há uma grande variação espacial nas taxas de desflorestamento. Alguns seringais já estão muito próximos ou até ultrapassaram o limite legal de 10% de desflorestamento, enquanto alguns ainda apresentam taxas próximas a 0%.

A concentração maior do desflorestamento em alguns seringais indica que pode estar se formando uma “fronteira agrícola” dentro da reserva. O mesmo ocorre dentro de cada seringal, onde também há grande variação dos níveis de desflorestamento. A maioria das famílias que vivem na reserva possui gado, em média, de 5 a 10 cabeças. Algumas famílias, entretanto, têm mais de 100 cabeças. Entre 1995 e 1998, a porcentagem de famílias que possuíam gado na Reserva Chico Mendes subiu de 43% para 60% (RESEX 2000). De modo geral, os produtores que têm rebanhos maiores são aqueles que também tem atividade agrícola mais intensa e cujas

⁵ Antes e logo após a criação das Reservas Extrativistas, surgiu na literatura um prolífico debate sobre seus benefícios econômicos. Alguns dos defensores mais vocais da criação das reservas argumentavam que elas poderiam melhorar as condições de vida dos seringueiros e que a renda gerada por produtos não-forestais poderia superar a renda de produtos agropecuários e madeireiros (Allegretti, 1989, 1990; Schwartzman, 1989; Peters et al., 1989). Alguns autores adotaram maior cautela e desafiaram esta visão mais otimista (Browder, 1990, 1992; Homma, 1992, 1993).

colocações têm fácil acesso e proximidade com estradas e mercados. Frequentemente esses agricultores mais prósperos trabalham como *marreteiros* (comerciantes) dentro do seringal, o que lhes proporciona uma renda adicional que normalmente é investida em gado.

.As razões técnicas e econômicas discutidas acima estimularam a expansão dos rebanhos na região do Alto Rio Acre durante a década de 1990. Entre os seringueiros esta tendência foi freada pelos compromissos que os seringueiros assumiram durante sua luta contra a invasão dos seringais pelos fazendeiros e após a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes. Com o passar do tempo, estes compromissos começaram a se chocar com as necessidades materiais e as limitações do sistema de produção extrativista. O gado tornou-se uma das melhores opções econômicas para os extrativistas, mas eles não podem expandir seus rebanhos além de um certo limite e muitos tampouco se sentem à vontade para fazê-lo. Por outro lado, alguns também preferem ignorar os limites e não se sentem constrangidos em substituir floresta por pastagem.

Há entre os extrativistas um claro conflito entre suas necessidades econômicas e seu compromisso com a preservação da floresta; um conflito que se manifesta na reserva como um todo, dentro das associações de moradores, nos seringais e até mesmo nas decisões individuais dos produtores. À medida que o tempo dilui as memórias do período de luta contra a instalação das grandes fazendas, a resistência ao gado diminui. Isto faz com que muitos, particularmente os mais jovens, vejam a pecuária de maneira muito diferente de seus pais e avós. Para eles, o gado não é somente uma boa opção econômica, mas também um símbolo de status e poder, particularmente em regiões de fronteira agrícola.

Este preconceito tem atingido diretamente as gerações mais jovens, que conviveram mais com colonos, trabalhadores de fazendas e que muitas vezes vão morar na cidade a fim de estudar. A idéia que o extrativismo representa o atraso cultural, econômico e social faz com que muitos se sintam desestimulados a dar continuidade às atividades de seus pais. Muitos jovens preferem continuar na cidade ou então sonham em voltar ao campo não para trabalhar como extrativistas, mas sim como pecuaristas, uma vez que esta atividade é identificada com riqueza, poder e status social.

No início da década de 1990, seria difícil imaginar que um dia algum extrativista viesse a se envergonhar de sua condição e, ao mesmo tempo, exaltar a pecuária. Esta mudança nos valores do grupo ocorreu ao mesmo tempo em que o gado se consolidou como uma opção produtiva mais rentável que o extrativismo. Estes dois fatores, que juntos dão um forte impulso à pecuarização dos seringais, não são independentes um do outro. Certamente se a atividade extrativista rendesse mais aos produtores e lhes garantisse um melhor padrão de vida, eles (e seus filhos, principalmente) não teriam do que se envergonhar. Ao mesmo tempo, se a pecuária não fosse claramente mais rentável que o extrativismo, o gado ainda seria considerado uma ameaça e não uma tábua de salvação para os extrativistas. Em outras palavras, as necessidades e os interesses econômicos lentamente tem mudado os valores e a própria cultura do grupo.

As Quebradeiras de Coco Babaçu na Amazônia Oriental

Introdução

O movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu é uma forma bastante singular de organização social no campo, por vários motivos. Em primeiro lugar, trata-se de um movimento intimamente ligado ao acesso a um valioso recurso natural – as palmeiras de babaçu – por aquela que é possivelmente a camada mais pobre da população rural brasileira. O acesso ao babaçu significa a continuidade de uma atividade econômica de importância fundamental para a sobrevivência de um grande número de famílias que vivem em condições de extrema pobreza em vastas áreas de quatro estados brasileiros – Piauí, Tocantins, Pará e, principalmente, Maranhão.

A luta por estes recursos implica, em primeiro lugar, em sua conservação, que em diversos locais se encontra ameaçada pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias de grande escala. A ameaça, contudo, não é à palmeira em si, que tem ocorrência abundante em grande parte da Amazônia e do cerrado brasileiro, mas sim aos babaçuais próximos das residências das quebradeiras e, acima de tudo, àqueles com livre acesso a quem precisar coletar seus frutos. Neste sentido, o movimento tem tido importância fundamental para influenciar instituições que controlam a proteção e uso dos recursos naturais, o que já se reflete na legislação do estado do Maranhão e de vários de seus municípios.

É indiscutível a importância da atividade de quebra de coco babaçu na vida desta camada da população. Além da receita monetária obtida com a venda das amêndoas extraídas do coco, e do carvão feito de suas cascas, as famílias utilizam o babaçu em sua alimentação, como fonte de energia, como alimento para animais, na confecção de utensílios domésticos e de trabalho e na construção de casas e cercas. Fica claro, portanto, que além de sua relevância econômica, a economia do babaçu está intimamente ligada à cultura da população local.

A segunda peculiaridade do movimento, e talvez a mais notável, diz respeito ao papel das mulheres na organização social da população e na própria economia do babaçu. Elas são os atores principais na extração, beneficiamento, comercialização e uso doméstico dos produtos derivados da palmeira. O movimento das quebradeiras, como o próprio nome sugere, não poderia ser diferente: foi iniciado por mulheres, é liderado por mulheres e defende os interesses das mulheres que o compõe. Mais ainda, é possível dizer que se trata de um movimento que defende o livre acesso ao babaçu tanto quanto defende os direitos das mulheres a manter um sistema produtivo e cultural da qual elas são a força propulsora. Ainda que discretamente, o movimento busca também o reconhecimento social do papel das mulheres neste sistema, que sustenta a economia domiciliar e é de vital importância na economia regional.

Contexto

O Babaçu talvez represente um dos mais versáteis recursos florestais disponíveis na Amazônia brasileira e em seu entorno. Apesar de se espalhar por toda a Amazônia Brasileira e por parte da Bolívia, os estandes mais concentrados desta palmeira se encontram nas bordas Sul e Leste da floresta, o que não é coincidência, uma vez que se trata de uma espécie pioneira e estas são as regiões mais desmatadas e com maiores áreas de florestas secundárias na Amazônia. A espécie é altamente resistente ao fogo e por isso adaptou-se muito bem às áreas de

pastagem da região, que são comumente limpas por meio de queimadas. No caso específico do estado do Maranhão, onde se encontram as maiores concentrações de Babaçu, a ocorrência da palmeira está normalmente associada a solos mais férteis e muitos habitantes da região amazônica consideram que a presença do babaçu é um indicador confiável de boa fertilidade dos solos (Moran, 1981).

Somente no estado do Maranhão, há cerca de 10.300.000 hectares de áreas de ocorrência de babaçu, das quais 4.720.00 efetivamente cobertos pela planta (Almeida, 1995). Isto representa 70% de toda área dos babaçuais que recobrem ainda parte dos estados do Piauí, Pará e Tocantins. Estima-se que cerca de 400 mil pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, trabalhem diretamente na extração das amêndoas do Babaçu, sendo que 300 mil estão no estado do Maranhão (Almeida, 1995). Vale lembrar que o Maranhão é o estado com maior proporção de população rural no Brasil, aliás, o único estado da Federação em que a população rural (2.957.832) é maior que a população urbana (1.972.471) (IBGE, 2000).

O Babaçu é um componente fundamental do modo de vida de grande parte da população rural de extensas áreas no entorno da Floresta Amazônica, principalmente no estado do Maranhão. Esta população depende de sistemas agroextrativistas que têm, em muitos casos, o Babaçu como principal fonte de renda. Tradicionalmente, estas populações agroextrativistas não têm controle sobre a posse da terra e se instalam em terras públicas ou privadas, onde buscam áreas densamente povoadas com babaçu para se instalar. Em terras privadas é comum o pagamento pelo uso da áreas. Tal pagamento comumente é feito em espécie, principalmente por meio do arroz, e também de frutos do Babaçu.

As famílias se instalam preferencialmente em áreas com grande densidade de babaçu, que indicam a ocorrência de solos férteis. Lá instalam suas lavouras anuais (roças) e passam a explorar também os recursos fornecidos pelas palmeiras. Os homens e meninos mais velhos se ocupam das roças e dos animais, enquanto as mulheres e as crianças coletam os cocos do babaçu, o descascam e produzem carvão a partir de suas cascas. Nem sempre, contudo, as famílias conseguem se instalar em áreas de grande ocorrência do babaçu e muitas vezes as mulheres se vêem forçadas a fazer longas caminhadas em busca dos cocos. Como veremos adiante, estas buscas muitas vezes implicam na invasão de terras privadas, o que acarreta o risco de sanções por seus proprietários e administradores e/ou a necessidade de pagar em espécie pela extração do Babaçu. Em muitos casos, as mulheres simplesmente não têm acesso a terra alguma, nem para roças nem para o extrativismo. Elas vivem em áreas marginais de vilas e pequenas cidades, ou à beira de estradas e se aventuram em terras alheias para conseguir seu sustento.

A divisão de trabalho entre homens e mulheres possivelmente se explica pelo calendário agrícola das regiões de maior ocorrências do babaçu. De modo geral, nos meses de agosto a outubro, os agricultores trabalham no preparo das roças, esperando o período chuvoso. Como esta é uma tarefa desempenhada pelos homens, que não exige mão de obra de toda a família, as mulheres têm tempo disponível para se dedicar a outras tarefas. É justamente nesta época que o babaçu atinge o pico de produção, e as mulheres e crianças dedicam grande parte de seu tempo à coleta e quebra dos frutos. Na medida em que as demandas relacionadas à agricultura aumentam, as mulheres começam a dividir seu tempo entre as atividades domésticas, a coleta e

quebra do babaçu e a trabalhos na lavoura, principalmente de roçagem e colheita do arroz (Anderson et al., 1991).

Quando as áreas de coleta do coco são próximas a suas residências, as mulheres trazem o produto de sua colheita consigo e realizam a quebra do coco em casa. Caso contrário, a quebra é feita no campo para que se transporte somente as amêndoas. Em muitos caso as mulheres também cavam buracos (caeirras) e queimam as cascas do coco para produzir carvão. As amêndoas do coco babaçu têm um alto teor de óleos vegetais – ácido láurico – que são particularmente apreciados pela indústria de cosméticos. O óleo também é comestível e é utilizado pela próprias quebradeiras, ou por elas vendido em pequena escala nos mercados locais. Tradicionalmente, contudo, a castanha alimenta indústrias privadas de produção de óleo destinado à fabricação de sabonetes e xampus.

Esta indústria do óleo de babaçu começou a se desenvolver no início do século XX, quando as amêndoas eram exportadas para a Europa e Estados Unidos e lá processadas para a extração do óleo e uso na indústria de sabão e cosméticos. Na década de 1940, o Brasil já desenvolvia sua própria indústria cosmética a fim de substituir os produtos importados e assim as amêndoas que eram até então exportadas passam a ser enviadas para o Sul, particularmente para o estado de São Paulo, onde este setor industrial prosperava. Pouco a pouco, o babaçu substituiu o algodão como principal produto da economia do estado do Maranhão.

Na década de 1960, com o aumento dos custos de transporte e como frutos de políticas para desenvolver a região, a extração do óleo começou a ser feita na própria zona de produção (Anderson et al., 1991). No estado do Maranhão, principal produtor de babaçu, os grupos econômicos já ligados à economia do babaçu – grandes proprietários e comerciantes de castanha, assim como empresários ligados ao decadente setor têxtil – estabeleceram a maior parte das empresas de extração de óleo.

O governo brasileiro, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), também forneceu significativos subsídios para aumentar a capacidade produtiva da indústria oleaginosa. Estes subsídios incluíam a isenção de impostos por períodos de 10 a 20 anos, capital de investimento a juros subsidiados e empréstimos para capital de giro (May, 1990). O crescimento da capacidade industrial se fez acompanhar de um crescimento na produção da matéria prima, que aumentou de pouco mais de 100 mil toneladas em 1960 para mais de 250 mil toneladas na década de 1970. Este aumento, entretanto não foi suficiente para tender à demanda da indústria, que chegou a trabalhar com quase 80% de capacidade ociosa entre 1980 e 1981 (May, 1990).

Ironicamente, como explicação para esta inelasticidade da produção de castanhas, industriais, técnicos do governo e até alguns estudiosos culpavam os produtores, acusando-os de não ter capacidade organizacional e motivação para o trabalho.

No seio desta elite, poucos reconheciam o papel que fundamental que os camponeses desempenhavam na economia do babaçu e muito menos identificavam nas autoritárias relações sociais e trabalhistas e no ferrenho controle da posse da terra uma barreira ao desenvolvimento do setor. Como veremos, foi justamente em reação a este padrão de subordinação socioeconômica que emergiu o movimento das quebradeiras de coco babaçu.

Vale notar que, a despeito das barreiras internas para a expansão da indústria oleaginosa, o setor viria a se deparar com uma forte liberalização das importações de óleo vegetal que teriam enorme impacto não só sobre a indústria, mas também sobre os milhares de camponeses que tiravam parte significativa de sua receita da extração das castanhas. Mais uma vez, neste período o modo de vida tradicional dos camponeses foi apontado como um fator de atraso da economia local e o extrativismo do babaçu como um anacronismo que deveria ser removido e substituído por formas mais modernas de organização produtiva. Neste movimento, o movimento das quebradeiras de coco teve papel fundamental na luta pela sobrevivência deste setor da população rural da Amazônia oriental.

A Ocupação da Zona dos Babaçuais: da Escravidão à Liberdade Subordinada

A ocupação das zonas onde hoje se concentram os maiores babaçuais da Amazônia, particularmente daquelas no estado do Maranhão, teve início ainda no período colonial, inicialmente com a o avanço da fronteira por meio da pecuária, a partir do litoral dos estados da Bahia e Pernambuco, adentrando o sertão em direção ao Ceará e Piauí e, finalmente, alcançando os vales férteis do Maranhão. A posse da terra se dava pela eliminação dos indígenas e pela ocupação física (posse por uso). Os indígenas, particularmente os *Tupinambás* e *Timbiras*, já faziam uso das palmeiras que cresciam em abundâncias às margens dos cursos d'água da região, hábito que pouco a pouco foi sendo absorvido pelos colonos e escravos que lá se assentavam.

O governo colonial, por meio da *Companhia Comercial do Maranhão e Grão-Pará*, incentivou na região o estabelecimento de grandes plantações, voltadas a suprir o mercado europeu de commodities. Primeiramente, iniciou-se o cultivo da cana-de-açúcar e, mais tarde, do algodão, com uso abundante de mão-de-obra escrava. À medida que as terras mais férteis e acessíveis, normalmente aquelas situadas à beira dos rios, se esgotavam, as plantações se deslocavam cada vez mais para o interior, deixando em seu rastro enormes áreas de ocorrência de babaçu.

O ciclo do algodão foi particularmente importante na região e teve seu ápice em meados do século XIX, quando o Maranhão tornou-se importante exportador do produto. O algodão maranhense era muito semelhante ao que se produzia no sul dos Estados Unidos e ocupou grande parte do mercado deste por ocasião da guerra de 1812 entre EUA e Grã-Bretanha e da guerra de secessão, no meio do século. Contudo, em condições normais o algodão maranhense não tinha condições de competir com o produto americano e, com a normalização da produção após o fim da guerra, em 1965, a economia algodoeira maranhense entrou em rápida decadência

Em 1988, a abolição da escravidão representaria a pá de cal sobre a grande economia algodoeira exportadora. Como resultado, parte dos proprietários investiram seus recursos em atividades comerciais e colocaram suas terras sob sistemas de produção semi-feudais. A atividade algodoeira sobreviveu até meados do século XX, em pequena escala, e tendo como mercado a indústria têxtil regional (May, 1990). Em 1950 esta indústria não tinha condições de competir nem mesmo com os centros produtores do sudeste e o algodão deixou de vez de ser plantado no Maranhão. Nesta época, como já vimos, o óleo de babaçu ganhava importância crescente na

economia do estado e os babaçuais cresciam significativamente à medida que a franja oriental da Amazônia ia sendo desmatada.

Nas terras onde se deixava de produzir algodão, um contingente cada vez maior de camponeses se instalava, a maior parte deles oriundas de outros estados do Nordeste brasileiro, freqüentemente castigados pelas secas. Para trabalhar nestas terras, os camponeses tinham que pagar algum tipo de renda ou *foro*, aos donos da terra, normalmente uma parcela da produção agrícola obtida na terra. No caso do extrativismo, alguns proprietários cobravam o *foro*, enquanto outros impunham sobre os ocupantes de suas terras alguma forma de monopólio sobre a compra das castanhas de babaçu e sobre a venda dos produtos necessários para a economia domiciliar (gêneros de consumo, ferramentas, combustível, etc.). Muitos imigrantes se assentaram em terras *devolutas* (terras públicas) e se eximiram destes encargos, mas apenas temporariamente.

Segundo dados do Censo Agropecuário do Brasil de 1995/1996, dos 127469 chefes de família que declararam exercer a atividade de extrativista de babaçu, 31426 eram arrendatários de terras, 11452 eram parceiros (duas categorias que pagam algum tipo de foro) e 61695 eram ocupantes de terras (públicas ou privadas). Em outras palavras, cerca de 82% dos extrativistas exerciam sua atividade em terras que não lhes pertenciam (Shiraishi Neto, 2001). A gravidade do problema pode ser melhor auferida ao se examinar os dados de concentração fundiária do estado. O Maranhão, em 1985, tinha um coeficiente de Gini de 0,924. Em 1985, apenas 14 imóveis rurais no estado ocupavam uma área de 1.611.690 ha, mais do que o dobro da área ocupada pelos estabelecimentos de 202.015 posseiros (Almeida, 1995). Em 1992, este coeficiente caiu para 0,756. (Cardim et. al. 2004). Como se pode concluir, a concentração da posse de terra no Maranhão tem explicações históricas que remontam ao período colonial, mas que apesar disso, o problema agravou-se recentemente.

O agravamento da situação fundiária do Maranhão e o crescente bloqueio do acesso das quebraadeiras de coco aos babaçuais teve início em meados da década de 1960, quando o governo federal inaugurava um período de concessões de incentivos para a ocupação da região Amazônica, principalmente por meio de grandes fazendas de gado. Nesta mesma época ascende ao governo estadual aquele que se transformaria no patriarca de umas das mais persistentes e conservadoras oligarquias do Brasil e que, quase vinte anos depois, viria a ser presidente da república – José Sarney. Neste período, incentivos creditícios e fiscais e a legislação agrária deram impulso a um vigoroso processo de apropriação legítima e ilegítima de terras por grandes produtores e empresas agropecuárias.

A grande mola propulsora desta apropriação inédita de terras foi a “Lei Estadual de Terras de 1969”. Esta lei permitiu que, apenas entre 1972 e 1975, o estado vendesse a preços simbólicos 1.238.00 ha (Almeida 1994). Se por um lado fracassaram diversos projetos de colonização que tinham por objetivo distribuir terras a pequenos produtores⁶, as agências

⁶ Alguns exemplos: o projeto de colonização do Alto Turi, administrado pela Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), que tinha como meta a colonização de 3 milhões de hectares por 40.000 famílias. A Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) tinha o objetivo de assentar 10.000 famílias em lotes de 30 hectares nos vales dos rios Grajaú e Pindaré. O projeto de colonização integrado de Barra do Corda, conduzido pelo INCRA, previa o assentamento de 3.000 famílias numa área de 340.000 hectares (Porro et al, 2004).

governamentais voltadas para o desenvolvimento regional fomentaram a instalação de dezenas de projetos pecuários visando a implantação de pastagens. Como resultado, a área plantada com pastagens, que era de apenas 150 mil hectares em 1960, atingiu 2,8 milhões de hectares em 1985, equivalente a mais do que o dobro da área destinada à agricultura naquele ano. O rebanho bovino do estado cresceu 135% entre 1960 e 1985, quando ultrapassou 3,2 milhões. Ao mesmo tempo, a produção de arroz e de babaçu aumentaram apenas 40% e 43%, respectivamente. A abertura e a pavimentação de estradas no centro e oeste do estado valorizaram as propriedades e tornam viáveis os investimentos em infra-estrutura nas fazendas, contribuindo para que em 1985 mais de 55% do rebanho estivesse concentrado nestas duas meso-regiões, invertendo a distribuição existente até 1960 (Porro et al, 2004).

Desde meados dos anos 1990, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem priorizado o estado do Maranhão em suas ações de reforma agrária. Foram desapropriados 220 imóveis e assentadas 27,6 mil famílias, numa área total de 878,5 mil hectares. Curiosamente, estas ações, centraram-se na desapropriação de áreas anteriormente privatizadas a preços simbólicos. As desapropriações, pelo contrário, são indenizadas a preços de mercado ou até superiores. Algumas terras foram valorizadas em, até, 2.481,0%. (Cardim et. Al, 2004).

Para a população que tradicionalmente vivia da agricultura e da coleta, quebra e comercialização do babaçu, a conseqüência mais importante da privatização de terras e do aumento da população rural do Maranhão não foi simplesmente a mudança dos donos da terra. Mais importante, foi o que aconteceu ao acesso às palmeiras de babaçu. Muitos fazendeiros começaram a cobrar cada vez mais pelo acesso aos babaçuais ou obrigar que a venda fosse feita em seus entrepostos (*Bodegas*), em condições extremamente desfavoráveis aos camponeses. Muitas vezes o pagamento não era nem ao menos feito em dinheiro, mas em vales que só poderiam ser trocados por mercadorias naquele mesmo entreposto. Outros pecuaristas, temendo a crescente contestação do fechamento dos babaçuais e as recorrentes invasões, simplesmente decidiam erradicar as palmeiras para evitar conflitos sobre a posse da terra, que muitas vezes havia sido obtida de maneira ilícita.

A reação dos fazendeiros contra o livre acesso dos camponeses aos babaçuais não foi a única fonte de ameaça este valioso recurso. Grandes projetos agrícolas e florestais voltados à produção de cana-de-açúcar, papel, celulose e carvão na área de fronteira entre os estados do Maranhão, Pará e Tocantins também provocaram a erradicação de extensas áreas de babaçuais.

Organização como modo de Resistência

Em 1989, no Município de Esperantina, no estado do Piauí, um grupo de mulheres reagiu ao controle ilegal e autoritário que os donos e pretensos donos dos babaçuais impunham sobre o acesso às palmeiras e à comercialização de seus produtos. A luta das mulheres se centrava sobretudo no direito de vender as castanhas a preços justos e para quem elas quisessem. Esta luta foi, em primeiro momento, encampada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município e acabou sendo resolvida na justiça, com desfecho favorável às quebradeiras de coco. O apoio dos STRs às quebradeiras, em diversos municípios da zona de ocorrências do babaçu passou a ser decisivo para o início do processo de organização deste grupo, uma vez que os sindicatos já contavam com alguma infra-estrutura, capacidade organizacional e recursos humanos capacitados para a luta política.

A ação dos STRs até então se focava sobre formas tradicionais de luta, principalmente pelo acesso à terra e melhores condições para a agricultura familiar. A luta pelo livre acesso ao babaçu constitui neste instante em uma inovação muito significativa na pauta de reivindicações dos sindicatos. Já na época em que as mulheres começam a se organizar a receber os apoios dos STRs, estes já haviam logrado obter significativas conquistas no campo da reforma agrária. Nas áreas desapropriadas a partir do Plano Nacional de Reforma Agrária (1985-1989) e nas terras adquiridas pelo governo estadual do Maranhão, na região do Vale do Mearim, foi retomada a extração do babaçu de acordo com as práticas tradicionais, de livre acesso e uso comum dos recursos. Isto demonstra, mais uma vez, que o movimento das quebradeiras de coco se focava exatamente no acesso ao babaçu e não no direito de posse da terra.

Entretanto, é preciso também notar que se por um lado havia muito em comum entre as reivindicações dos sindicatos e das quebradeiras de coco, por outro lado havia diferenças não só na agenda dos dois grupos, como também em sua própria composição e em seu repertório de ação. Obviamente a diferença mais evidente diz respeito às questões de gênero, uma vez que a coleta e quebra de coco tornou-se cada vez mais uma atividade ligada às mulheres e crianças, ao passo que aos homens cabia cuidar das lavouras e, principalmente, dos animais, atividades inclusive muito mais dependentes da posse da terra. Foram as mulheres as maiores vítimas de humilhações e toda sorte de violência física e psicológica por parte de fazendeiros e capatazes que queriam proibir a entrada delas em áreas de babaçu ou expropriar toda ou parte de sua produção.

Gradativamente, este aspecto da luta ligado ao gênero vai se consolidando por meio da formalização de organizações de mulheres dentro dos sindicatos, ou paralelamente a eles. Em muitos municípios, o que se viu foi a criação de Secretarias de Mulher dentro do próprio sindicato, como no município de São Luiz Gonzaga (Maranhão), ou da formação de associações de mulheres trabalhadoras rurais, como aconteceu no Município de Lago do Junco (Maranhão). Também surgiram pequenas redes, como o *Grupo de Estudos do Babaçu*, que congregava quebradeiras de coco de vários municípios maranhenses. Este grupo servia como foro de troca de experiências, de formulação de propostas e, principalmente, como foco de denúncias contra atos de violência contra as mulheres, tentativas de proibir o acesso a babaçuais e contra o corte indiscriminado de palmeiras. Em resumo, a partir do final dos anos 80, em diversos municípios dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, foi surgindo um grande número de *Associações, Núcleos, e Comissões* de Quebradeiras de coco. Este foi o período seminal da organização deste grupo e, principalmente, da afirmação de sua identidade, que tinha por base tanto a atividade econômica-cultural, quanto o gênero.

As mulheres começaram a organizar e liderar movimentos de resistência contra o corte dos babaçuais, muito similar ao que os seringueiros do Acre organizavam – os empates – que constituíam no cercamento pacífico das áreas ameaçadas de forma a impedir o trabalho de derrubada das palmeiras. Gradativamente, as quebradeiras de coco foram ganhando visibilidade e influência política. Isto se deu em parte devido à capacidade de articulação entre os diversos grupos que emergiam, o que começou a ocorrer mais intensamente no início dos anos 90 e à formação de novas alianças estratégicas.

As quebradeiras de coco da região da Baixada Ocidental Maranhense já em 1989 iniciaram um trabalho de colaboração com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

(SMDH), que acabou abraçando a causa destas mulheres e as assessorando em sua luta. Estas mesmas mulheres foram pioneiras na tentativa de articulação do movimento ao organizar em 1991 o *I Encontro das Quebradeiras da Baixada Ocidental Maranhense*. Posteriormente, em parceria com grupos das regiões Esperantina no Piauí, do Médio Mearim, e Tocantina no Maranhão, do Norte do Tocantins e Palestina no Pará se reuniram também em 1991, na capital do estado do Maranhão, São Luiz, no *I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu*, encontro que acabou culminando na formalização do *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB). O MIQCB tornou-se o braço organizacional do movimento das quebradeiras, até então atomizado em um grande número de pequenos grupos que, todavia, não deixaram de existir. Esta organização se sofisticou e pode ser sentida nos encontros seguintes, realizados em 1993 e 1995, quando cada povoado representado no movimento escolheu delegados com direito a voto para participar das assembléias deliberativas do movimento.

Avanços e Conquistas Iniciais

O movimento das quebradeiras logrou garantir o livre acesso ao babaçu em áreas públicas e em áreas desapropriadas pelo INCRA. Em alguns casos, a pressão local foi tão intensa que possibilitou a criação de leis municipais dando garantia de acesso aos babaçuais mesmo em terras privadas. Este foi o caso, por exemplo, dos municípios de Lago do Rodrigues e Lago do Junco, no estado do Maranhão. A eficácia deste instrumento legal porém é questionável, dada a importância atribuída à propriedade privada nas legislações estadual e federal e na constituição federal. De qualquer maneira, o movimento luta também para que legislação semelhante seja aprovada pelo congresso nacional, onde já é discutido um projeto de lei. O Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão, de 1992, ainda que de maneira implícita, dá ao babaçu proteção contra o corte indiscriminado (Shiraishi Neto, 2001).

Um mecanismo de garantia de acesso aos recursos naturais é a criação de Reservas Extrativistas, semelhantes àquelas criadas em outras regiões da Amazônia -- cujo caso paradigmático, a Reserva Extrativista Chico Mendes é apresentado neste trabalho. De fato em 1992, o governo federal anunciou a intenção de criar quatro reservas na região de maior ocorrências dos babaçuais (ver Tabela 1). A criação destas reservas, contudo, foi fruto da pompa e do marketing com o qual o ex-presidente Fernando Collor de Mello gostava de revestir seus atos. Os movimentos sociais não foram consultados sobre esta medida e, não chega a ser uma surpresa o fato que três das Reservas propostas se encontravam em áreas que os representantes dos movimentos sociais não julgava ser prioritárias.

Pior ainda, é o fato de que, de acordo com a legislação brasileira, as ações de desapropriação de terras devem ocorrer em um prazo máximo de dois anos após a publicação do decreto, em caso de interesse social e em prazo de cinco anos para o caso de interesse público. Com exceção da reserva do Quilombo do Frechal, os decretos caducaram (em 1994) sem que as desapropriações tivessem sido iniciadas. É pouco provável que o governo federal de fato tivesse intenção de criar estas reservas. A publicação dos decretos foi uma reação do ex-presidente à importância que o debate sobre ecologia e desenvolvimento sustentável havia ganhado após a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Tabela 1: Reservas Extrativistas de Babaçu

Denominação	Município – Estado	Área	No de famílias	Decreto/Data de criação
Mata Grande	Imperatriz e João Lisboa – MA	10.450	1.500	532/90 em 20/05/92
Ciriaco	Imperatriz – MA	7.050	1.150	534/90 em 20/05/92
Quilombo do Frechal	Marinzal – MA	9.452	900	536/90 em 20/05/92
Extremo Norte do Tocantins	Augustinópolis – TO	9.280	2000	535/90 em 20/05/92
Total		36.322	5.550	

Fonte: Extraído de Shiraiishi Neto (2001)

A Reserva Extrativista do Quilombo do Frechal foi criada graças à intensa mobilização do movimento das quebradeiras de coco em parceria com o movimento dos remanescentes de quilombos, com o Centro de Cultura Negra (CNN) e com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), que pressionaram a superintendências do IBAMA no Maranhão para dar início às ações de desapropriação dentro do período estabelecido pela lei. Esta reivindicação somente foi cumprida devido à intervenção do Ministério Público Federal, cujos procuradores propuseram uma ação pública contra o IBAMA e a União, obrigando-as a cumprir a legislação e iniciar as desapropriações.

Organização pela melhora de vida: a criação de cooperativas

A luta política das quebradeiras de coco rendeu alguns poucos resultados e parece ainda haver um grande caminho a ser percorrido até que de fato se conquiste o livre acesso aos babaçuais. É importante comentar, contudo, que o movimento não atua apenas na esfera político-jurídica. Há ainda um trabalho muito importante na esfera econômica, que visa assegurar às quebradeiras e suas famílias melhores condições de produção, processamento e comercialização dos produtos derivados do babaçu.

A escalada dos conflitos pelo acesso ao babaçu, no final dos anos 80 foi acompanhada, alguns anos depois, de uma abrupta queda nos preços do óleo de babaçu, o principal produto derivado desta palmeira. Esta mudança se deu principalmente pela diminuição das alíquotas de importação de óleos naturais, de 18% para 12%, decretada também pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello. Tal medida representou um grande choque para a economia do babaçu, que passou a ter que competir em condições bastante desfavoráveis com o óleo de palmiste, produzido principalmente na Malásia.

A tarefa do movimento era então tríplice: 1) combater o cercamento dos babaçuais; 2) lutar contra os abusos impostos pelos compradores das castanhas e; 3) lidar com preços decrescentes do produto no mercado interno. Estas tarefas vêm sendo desenvolvidas simultaneamente, por diversas organizações que têm papéis distintos e que por vezes representam múltiplos interesses, mas que, sem dúvida, fazem parte de algo maior que aqui chamamos de movimento das quebradeiras de coco babaçu. Uma destas organizações é a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA –, que trabalha de

maneira muito bem articulada com o MIQCB, mas não representa apenas os interesses das quebradeiras de coco babaçu. A ASSEMA foi fundada em 1989, por trabalhadores rurais de assentamentos, com o objetivo de lhes prestar assistência técnica e fornecer apoio na comercialização de sua produção.

Já em 1991 a ASSEMA deu uma ajuda muito significativa ao movimento as quebradeira ao ajuda a criar a Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas do Lago do Junco (COPPALJ), que foi pioneira no beneficiamento das castanhas de babaçu pelas quebradeiras. O objetivo da COPPALJ era comprar as castanhas a um preço mais justo, eliminado os atravessadores, extrair delas o óleo e vender aos associados aqueles produtos que até então a maioria era obrigada a comprar de pequenos comercialmente, normalmente os compradores de castanha, a preços muito acima dos de mercado. A cooperativa enfrentou grandes dificuldades financeiras e técnicas em seus primeiros anos de vida, devido principalmente a deficiências gerenciais resultantes da escassez de recursos humanos capacitados.

Apesar das dificuldades iniciais, em 1995 a COPPALJ iniciou uma relação comercial com a empresa britânica The Body Shop International, interessada em adquirir o óleo de babaçu e disposta inclusive a conceder crédito para a cooperativa regularizar e atingir a escala necessária de produção. Este acordo experimental acabou se consolidando e transformou-se em uma bem sucedida experiência da COPPALJ que, desde então, passou a buscar outros parceiros comerciais interessados nesta prática de “comércio justo.” Um segundo contrato foi fechado com a Americana AVEDA no final da década de 1990 e a produção de óleo de babaçu pela COPPALJ atingiu 300 toneladas em 1997, 297 toneladas em 1998 e 325 toneladas em 1999, sendo que, em média, 60% da produção nestes anos foi exportada e o restante absorvido no mercado interno. O fato de o óleo ser reconhecido como um produto “social e ambientalmente correto” faz com que seu preço tenha um ágio significativo, chegando a USD 3,00/litro no mercado internacional (valores de 1999), muito acima do USD 1,10 pago no Brasil, onde não se paga este sobrepreço (Mesquita, 2001). A cooperativa além de produzir o óleo revende castanhas para outras indústrias e vende o subproduto da indústria (torta) para pecuaristas do da região que o utilizam como suplemento alimentar para o gado. As exportações de óleo, feitas pela ASSEMA, colocam esta associação dentro do quadro das trinta maiores empresas exportadoras do estado do Maranhão e, como destaca Mesquita (2001), sem receber incentivo governamental algum, ao contrário da grande maioria das empresas privadas instaladas no estado.

Cabe dizer ainda que a tendência de declínio dos preços do óleo de babaçu detectada no início dos anos 1990 começou a se reverter a partir do final de 1998, quando a moeda brasileira se desvalorizou em relação ao Dólar Americano, o que deixou a COPPALJ e as quebradeiras de coco em situação um pouco mais confortável. Ainda assim, as quebradeiras têm buscado alternativas à produção e exportação da matéria prima. No povoado de Ludovico, município de Lago do Junco, a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais iniciou em 1993 a fabricação de sabonetes em escala comercial. Com auxílio da UNICEF e assessoria da ASSEMA, a associação conseguiu montar uma pequena linha de produção que, em 1999, empregava 23 mulheres. Apesar da escala de produção ser pequena (55 mil unidades produzidas em 1998), os sabonetes são vendidos em vários estados do Brasil e exportados para os Estados Unidos, especificamente para uma rede de motéis com sede na Califórnia.

A produção de óleo diretamente pelos produtores e a fabricação de sabonetes são talvez os exemplos mais conhecidos e até agora mais bem-sucedidos de busca de alternativas econômicas para as quebradeiras de coco. Não são os únicos, porém. No Município de Esperantinópolis, outra cooperativa vem utilizando o mesocarpo do coco babaçu como fonte comercial de amido e desenvolvendo um projeto de fabricação artesanal de papel. Em outras regiões, como nos Municípios de São Miguel (estado do Tocantins) e Esperantina (Piauí), associações e sindicatos rurais ligados ao MICQB instalaram pequenas indústrias de extração de óleo, mas nenhuma com capacidade produtiva suficiente para atingir grandes mercados. Ainda assim, estas pequenas indústrias abastecem o mercado local de consumo de óleo para cozinha e para produção artesanal de sabão.

Considerações Finais

O movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu enfrenta desafios enormes, dentre os quais a profunda pobreza dos moradores da região dos babaçuais, a concentração da posse da terra e a negação do acesso público a valiosos recursos naturais. O movimento se consolidou há pouco mais de dez anos e conseguiu alguns avanços significativos, como a desapropriação de algumas áreas de babaçuais, a proteção das palmeiras e a criação de fontes alternativas de renda. Face ao desafio apresentado, estas conquistas ainda são muito tímidas. A fração dos camponeses que lograram obter algum benefício direto decorrente destas conquistas ainda é pequena em relação ao universo de produtores e produtoras cuja renda depende em parte da extração do babaçu parte do campesino. Entretanto, o feito mais notável do movimento não é facilmente mensurável. Trata-se da construção da identidade das quebradeiras de coco, cujo valor não é meramente simbólico, pelo contrário. A construção desta identidade, de modo similar ao que ocorreu com os seringueiros, deu visibilidade ao movimento e lhe permitiu estabelecer alianças estratégicas de fundamental importância.

Os Pescadores do Baixo Amazonas

Introdução

Nesta seção apresento um caso que com grandes semelhanças e grandes diferenças em relação aos dois estudos já apresentados. Trata-se da organização de comunidades pesqueiras da região de várzea do Baixo Rio Amazonas⁷ para criar as chamadas *reservas de lago*, que são áreas protegidas para uso sustentável de recursos pesqueiros. Neste ponto o caso é muito similar ao movimento das quebradeiras de coco e dos extrativistas. Entretanto, trata-se de um movimento muito mais pulverizado e composto por grupos cuja identidade coletiva não é tão bem definida ou estrategicamente utilizada para que se atinjam objetivos comuns. Na verdade, torna-se difícil afirmar que os pescadores têm muitos objetivos comuns, uma vez que suas demandas

⁷ A região estudada é comumente chamada de Baixo Amazonas. Entretanto, em 1980, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, adotou uma nova classificação, subdividindo o Baixo Amazonas em Baixo e Médio Amazonas Paraense. Neste trabalho, usaremos a classificação mais antiga, que ainda é mais comum na literatura.

são muitas vezes específicas a suas áreas geográficas de trabalho e residência. Além disso, há também disparidade de interesses dentro do próprio grupo, o que dificulta a ação coletiva. No caso das quebradeiras de coco e dos extrativistas, a causa dos conflitos era -- e ainda é no caso do primeiro grupo -- a chegada de uma ameaça externa. No caso da pesca, parte dos conflitos é interna ao universo da população de pescadores. Apesar destes problemas, os pescadores conseguiram obter significativos avanços em direção a uma efetiva governança da atividade pesqueira na Amazônia.

A Amazônia brasileira tem uma bacia hidrográfica de 4.787.717 km, na qual se distinguem três grandes ambientes pesqueiros: o marítimo ou costeiro, o flúvio-lacustre e o estuarino. Em meados da década de 1990, somente no estado do Pará havia cerca de 78 mil pescadores formalmente registrados. Há ainda um número muito grande pescadores informais. Alguns estudiosos apontam que na região de várzeas do Rio Amazonas são cerca de trezentas mil pessoas exercendo a atividade. A pesca nos lagos de várzea é particularmente importante para os pescadores ditos artesanais, mas também é explorada comercialmente em grande escala por empresas privadas de Belém e Manaus.

Os lagos de várzea são uma parte muito importante do grande e complexo sistema fluvial da bacia do Rio Amazonas. Trata-se de uma área de cerca de 15 km de largura e mais de 3000 km de extensão que se inunda nos períodos de chuva, formando um imenso lago. Na época das secas, à medida em que a água vai baixando, milhares de lagos menores dos mais variados tamanhos se formam. Muitos destes lagos continuam ligados ao rio por meio de canais naturais, enquanto outros se isolam completamente do Rio Amazonas e de seus afluentes. Alguns ainda secam totalmente e desaparecem durante o período seco. Os moradores das regiões de várzea estão bem adaptados a esta dinâmica fluvial e conhecem relativamente bem o comportamento dos lagos e das espécies de peixe que lá vivem. Assim, cada área é manejada de maneira diferente por seus usuários.

Ocupação

Os assentamentos humanos nesta área são muito antigos, com registros milenares de populações indígenas que coletavam mariscos. Posteriormente, com a redução dos moluscos decorrente da diminuição do nível do mar, estes indígenas passaram a desenvolver atividades agrícolas incipientes, além do extrativismo florestal e fluvial. A partir do século XV, tiveram início as primeiras incursões de europeus pela região, principalmente pelo Rio Amazonas e seus afluentes. Foi somente no século XVII, contudo, que a colonização européia de fato começa, com a construção de um forte na foz do Pará, destinada a estabelecer a soberania portuguesa sobre o território. A partir deste momento, o governo português se lançou em uma política de colonização baseada na construção de fortes, no estabelecimento de missões religiosas e na miscigenação de europeus e indígenas (Furtado, 1993). Segue-se então uma fase de crescente exploração dos recursos extrativistas, principalmente as chamadas *drogas do sertão* e, posteriormente, de implementação de plantações de cana de açúcar, café e cacau e de fazendas de gado.

Com o aumento da influência do Marquês de Pombal no reino de Portugal, a política de colonização da Amazônia ganhou força e logo se consolidou às margens dos rios uma sociedade mestiça que vive da agricultura, pecuária, pesca e extrativismo. Esta ocupação ganhou novo impulso em meados do século XIX, com o início da exploração da borracha natural, que

desencadeou um forte fluxo migratório para a região. Com o aumento da população local, cresceu muito também a demanda por pescado, que era enviado seco ou salgado aos centros urbanos. Na segunda metade do século XX a indústria pesqueira da Amazônia, ou parte dela, passou por um processo de modernização que permitiu a pesca em grande escala e o transporte do peixe fresco congelado para os grandes mercados consumidores.

Uma tipologia dos pescadores

Em um denso estudo sobre as populações de pescadores do baixo Amazonas, Furtado (1993a) define três categorias de pescadores com base na organização do modo de produção por eles adotada: os pescadores *polivalentes*, os pescadores *monovalentes* e os pescadores *geleiros* ou *marreteiros*.

Os pescadores *multivalentes* são aqueles que têm na pesca apenas um de suas muitas atividades produtivas. Em geral, estes pescadores têm pequenas áreas de lavoura nas quais plantam alimentos para sua subsistência (mandioca, arroz e milho, principalmente), criam gado, cultivam produtos para comercialização (a juta foi um dos mais importantes produtos agrícolas da região), caçam e coletam frutas, sementes, mel e essências na floresta. A pesca representa principalmente uma fonte de proteína para a alimentação familiar, apesar de que, eventualmente, alguns destes pescadores vendem parte de sua produção nos mercados locais ou para comerciantes. Estes pescadores geralmente vivem afastados dos centros urbanos, às margens do Rio Amazonas ou dos inúmeros lagos e rios que compõem o sistema fluvial local.

Os pescadores *monovalentes*, como o próprio nome sugere, são aqueles que tem na pesca sua atividade econômica predominante. A maior parte destes pescadores vive em bairros periféricos dos centros urbanos e se desloca em pequenos barcos até os pesqueiros que exploram. O equipamento que eles utilizam geralmente é rudimentar e, por isso, são denominados pescadores artesanais. É importante notar que muitos destes pescadores já habitaram áreas de várzea e tiveram que se deslocar para os centros urbanos devido a dificuldades que enfrentaram no meio rural. Grande parte deles se define como agricultores e não como pescadores (Furtado, 1993). Parte destes pescadores, contudo, é formada por moradores das áreas urbanas que não vieram do campo, mas que também não conseguem extrair sua subsistência das ocupações tipicamente urbanas. Estes pescadores utilizam parte do pescado para consumo familiar, mas vendem uma proporção bastante grande dele nos mercados ou a atravessadores.

Os marreteiros ou geleiros são aqueles pescadores que possuem barcos a motor e que organizam pescarias juntamente com pescadores artesanais, dos quais compram grande parte do pescado para revender nos mercados locais ou a comerciantes vindos de fora do município. São conhecidos por geleiros por terem capacidade de armazenar o pescado em containeres com gelo, o que lhes permite sacar uma maior produção por viagem. Os marreteiros geralmente se apropriam de grande parte do lucro gerado pela pesca, pois têm maior poder de compra e capacidade de venda do pescado. Além de comprar o pescado fresco dos pescadores artesanais que os acompanham, estes comerciantes compram peixes secos e salgados dos pescadores *monovalentes* e *polivalentes* nas áreas em que atuam.

Mais recentemente, a região do Baixo Amazonas começou a ser intensivamente explorada por barcos geleiros de grande capacidade de carga e armazenagem a frio. Graças aos equipamentos modernos que carregam, estes barcos também têm alta produtividade (definida como a quantidade e pescado obtida por unidade de tempo). Em geral estes barcos são de propriedade de grandes empresas pesqueiras, situadas em Belém e Manaus.

Mudanças Sociais e Conflitos

São múltiplos os conflitos enfrentados pelos pescadores na região das várzeas do Amazonas. Em geral, eles estão relacionados a mudanças socioeconômicas que escapam ao controle da população local. Em função destas mudanças, surgiram antagonismos entre diferentes atores sociais e, como conseqüências, diversas comunidades pesqueiras se organizaram para evitar a perda ou sérios danos a seus recursos pesqueiros. Ao contrário do que ocorreu nos casos estudados anteriormente, nem sempre os pescadores se confrontaram com ameaça externas. Em muitos casos, os conflitos emergiram no seio da própria comunidade de pescadores. Para entender isso é preciso analisar um pouco melhor a natureza e as conseqüências das mudanças que afetaram as comunidades pesqueiras nos últimos trinta anos. A seguir comento algumas das principais mudanças.

Mudanças no uso e na posse da terra

Certamente um dos fatores que teve maior influência sobre o setor pesqueiro foi uma gradual mudança no uso da terra e na estrutura fundiária nas áreas de várzea. Uma primeira mudança foi causada pelo declínio e colapso da cultura da juta, tradicional fonte de renda agrícola dos ribeirinhos (McGrath et al., 1993). Isto ocorreu devido aos baixos preços que o produto atingiu no mercado e como conseqüência inviabilizou a permanência de muitos agricultores em suas propriedades rurais. Um grande contingente se mudou para regiões urbanas, mas nem todos lá conseguiram os meios necessários para se sustentar e continuaram a pescar nas áreas, onde antes viviam, passando da condição de pescadores *polivalentes* para *monovalentes*, coisa que nem sempre foi bem aceita por aqueles que continuavam vivendo na área (Furtado, 1993b). Na visão dos ribeirinhos, a competição com os pescadores monovalentes, quer sejam ex-moradores da área ou não, é sempre desleal, pois estes passam o dia todo pescando e o fazem todos os dias, ao passo que os *polivalentes* têm que cuidar de suas roças e animais, caçar e coletar produtos florestais. Com isso, a quantidade de pescado extraído pelos *monovalentes* lhes parece abusiva e em sua percepção afeta ou pode afetar sua capacidade de prover alimentos para sua família. Aqui claramente vemos um conflito interno aos pescadores artesanais, que não raramente torna-se violento.

Outra mudança significativa no uso e, principalmente, na posse da terra se deve ao crescimento do número de fazendas e ao conseqüente aumento das áreas de pastagens nas áreas de várzeas. Este processo em parte se deu pela compra de terras de *varjeiros* por fazendeiros, ou pela apropriação direta de terras públicas por estes. De modo geral, os fazendeiros bloqueiam o acesso de pescadores aos lagos situados em suas propriedade, mesmo que estes tenham acesso por água – atitude que contraria a legislação. Curiosamente, os fazendeiros proíbem a pesca em “seus” lagos mas também não a exploram. Eles simplesmente alegam que a pesca é predatória pode causar danos aos mananciais (Furtado, 1993a). Esta atitude “ambientalista” de alguns pecuaristas soa bastante suspeita, principalmente para quem

exerce uma atividade que exige o corte de amplas áreas de floresta. Acima de tudo, este comportamento parece revelar uma necessidade de afirmação de poder, de deixar clara a divisão entre elite e grupos subordinados. Em levantamento de 1984, Furtado já identificava 21 lagos cujo acesso aos pescadores era proibido por seus pretensos proprietários na região do Baixo Amazonas (Furtado, 1993b, p. 250).

Mudanças tecnológicas

Algumas mudanças tecnológicas e econômicas no setor pesqueiro criaram acirrados conflitos entre os pescadores artesanais em geral (*monovalentes* e *polivalentes*) e as indústrias de pesca, que enviam para as várzeas embarcações de grande porte – as *geleiras*. Um dos principais fatores de mudança foi a fabricação de gelo a preços competitivos, que possibilitou o transporte de peixe resfriado de toda a região do Baixo Amazonas para grandes centros de consumo, como Manaus e Belém. A possibilidade de suprir o mercado com peixe fresco também estimulou o consumo nos centros urbanos.

A tecnologia de captura também foi melhorada, principalmente por meio da introdução de redes malhadeiras de fio sintético. Operando com estes equipamentos, os barcos das empresas pesqueiras conseguem navegar longas distâncias, e têm capacidade de capturar grandes quantidades de peixe em pouco tempo. Obviamente os pescadores artesanais não têm condições de competir com estes pescadores, dada a baixa tecnologia que eles utilizam – normalmente barcos a remo, caniços, espinhéis e tarrafas. O lado mais crítico desta competição desigual é o fato de que os grandes barcos podem capturar quantidades de peixe grandes o suficiente para prejudicar o estoque disponível para os outros pescadores, principalmente durante a estação seca, quando a densidade de peixes aumenta rapidamente. Quando isso ocorre, a produtividade da pesca nos meses subsequentes cai drasticamente, o que é particularmente danoso aos varjeiros, uma vez que eles têm que dedicar grande parte de seu tempo a outras atividades. É justamente este o grupo que mais se opõe e se mobiliza contra a entrada das geleiras nos lagos de várzea.

Mudanças nas políticas públicas relacionadas ao setor de pesca

A expansão e a modernização da indústria pesqueira foram decisivamente impulsionadas por incentivos governamentais generosos, distribuídos pelo governo federal, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Estes incentivos eram parte de uma política mais ampla de ocupação e modernização da economia da Amazônia e foram utilizados intensamente durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente. No caso da pesca, o Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1977 estabeleceu a concessão de isenções de impostos às indústrias pesqueiras que se estabelecessem na Amazônia (Penner, 1980, citada por Furtado, 1997). Além das benesses do governo federal, as empresas pesqueiras também contaram com incentivos do governo Paraense (Furtado, 1997).

Mudanças demográficas

Se as políticas de ocupação da Amazônia incentivaram a instalação da indústria pesqueira moderna, o crescimento populacional e a rápida urbanização pela qual a região passou nas últimas duas décadas sustentaram o crescimento desta indústria durante as décadas de 1980

e 1990. O consumo de pescado nas cidades ribeirinhas da Amazônia é muito alto e entre estas se encontram os maiores centros urbanos da região, como Santarém, Manaus e Belém.

O aumento da população levou a um crescimento da demanda por pescado em toda a Amazônia. Os incentivos públicos permitiram que a uma indústria pesqueira moderna se instalasse na região e utilizasse tecnologias modernas que permitem a pesca em grande escala e com alta produtividade. Se a intensidade da captura de peixes não chegou a representar uma ameaça ecológica em escala regional, ela certamente representou um problema socioeconômico para os pescadores artesanais e logo começaram os conflitos entre eles e as empresas de pesca. Os pescadores artesanais não demoraram a reagir ao que eles entendiam ser um assalto a seus recursos.

Resistência e Reação: Organização Social e as Reservas de Lagos

Formalmente, os pescadores se organizam de acordo com a legislação sindical, que estabelece um sistema muito semelhante ao dos trabalhadores rurais. As colônias de pescadores, órgãos classistas semelhantes aos sindicatos dos trabalhadores rurais estão congregadas sob a Federação Estadual dos Pescadores do Pará (FEPA), que junto com outras federações estaduais forma a Confederação Nacional dos Pescadores (CNP). A história destes organismos revela que seus dirigentes sempre trabalharam muito mais para defender os interesses de empresários e do estado do que de seus afiliados. No caso da FEPA, os presidentes da entidade sempre foram “pessoas estranhas à categoria⁸” (Campos, 1993, p. 236).

De modo muito semelhante ao que ocorreu com os trabalhadores rurais, os pescadores que faziam oposição aos líderes das colônias começaram a se organizar para conquistar espaço dentro de seus órgãos de representação. Para tanto, tiveram valioso apoio de membros de alas progressistas da Igreja Católica. No estado do Pará, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) assessorou os pescadores que, em 1982, conseguiram ganhar o controle da colônia de pescadores de Santarém, até então dirigida por um fazendeiro local (Campos, 1993). Esta conquista serviu de estímulo para grupos de oposição em diversas colônias por toda a região, que passaram a se engajar cada vez mais na disputa política por uma representação mais efetiva nos órgãos de classe. A partir daí, os pescadores conseguiram conquistas significativas, incluindo o reconhecimento de seus direitos trabalhistas na Constituição Brasileira de 1988. Também lutaram para criar um organismo de representação nacional que superasse os vícios do sistema de federações estaduais e da Confederação Nacional dos Pescadores. Assim, nasceu o MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores, com sua ramificação no estado do Pará, o MOPEPA – Movimento dos Pescadores Paraenses.

A década de 1980 foi, portanto, um período de lutas e intenso aprendizado político período no qual os pescadores, assim como outros trabalhadores rurais da Amazônia, encontraram apoio crucial de alguns atores externos, como a Igreja Católica. Os membros

⁸ As Colônias de pescadores foram criadas pela Marinha Brasileira eram consideradas como órgãos de colaboração das forças armadas e seus associados tidos como “reservas avançadas da marinha.” (Campos, 2003, p. 236).

progressistas do clero, por meio da Comissão Pastora da Terra, da Pastoral da Pesca e do Movimento Educacional de Base (MEB) fizeram um importante trabalho de conscientização política, e criaram entre os trabalhadores alguma capacidade organizacional e administrativa. Em alguns casos, também lhes forneceram valiosos recursos humanos e materiais.

Ainda acompanhando tendências mais gerais de mudança na organização do campesinato da Amazônia, no final da década de 1980 e início da década de 1990, os pescadores começaram a desenvolver novas alianças, principalmente com movimentos ambientalistas que focavam sua ação e militância sobre a conservação das florestas tropicais. Neste ponto, o movimento dos pescadores não difere muito do movimento das quebradeiras de coco e dos extrativistas. Pelo contrário, foi amplamente beneficiado pela atenção que este último conseguiu na mídia internacional. Um dos resultados desta aliança entre campesinato e ecologistas foi a criação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), cujas prerrogativas incluem a defesa dos interesses dos pescadores artesanais.

Apesar da atenção da mídia ter se concentrado fundamentalmente na criação das reservas extrativistas, a partir do início da década de 1990 várias experiências com acordos de pesca na região das várzeas do Rio Amazonas começaram a ser postas em prática. Alguns bons exemplos são o Projeto Iara, desenvolvido com apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em parceria com o governo alemão; o Projeto Várzea, em parceria com a ONG IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), financiado pelo WWF e a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, uma parceria entre os governos federal e do estado do Amazonas. Desde então, um grande número de acordos de pesca surgiu nas comunidades de várzea do Amazonas, muitos dos quais como iniciativas locais, com pouca ou nenhuma participação de atores externos.

Os acordos de pesca são pactos realizados por comunidades pesqueiras, em assembleias gerais, com a finalidade de regulamentar o acesso de pescadores de fora da comunidade a seus pesqueiros e controlar a captura de peixes tanto por aqueles quanto pelos próprios moradores da área. Como destacam McGrath et al. (2002), um importante aspecto destes acordos é que eles são formalizados por escrito e assinados pelos membros da comunidade, uma característica que revela o preparo organizacional adquirido com a convivência com os líderes dos trabalhadores rurais e membros do clero. De modo geral, os acordos têm duas partes: na primeira se explicam seus motivos e objetivos e se demarca sua abrangência, tanto em termos de área como de comunidades. Na Segunda, são definidas as medidas que regem as atividades de pesca, que definem os procedimentos de monitoramento e o cumprimento dos acordos e que estabelecem sanções aos eventuais infratores.

As regras de pesca, os procedimentos de monitoramento e as sanções variam muito. O que as comunidades buscam, em geral, são acordos relativamente simples que possam ser facilmente colocados em prática e que garantam que a pressão de pesca sobre os lagos se estabilize ou até mesmo diminua. Isso significa, por exemplo, que raramente os pactos determinam quantidades máximas de peixe que podem ser capturados, pois esta seria uma regulamentação de difícil monitoramento. Em casos extremos, a comunidade simplesmente fecha o lago à entrada de pescadores de fora, o que é mais fácil de se fazer quando a produção local se destina basicamente ao consumo familiar. Quando os pescadores colocam seus produtos no mercado esta medida nem sempre é suficiente para manter a produtividade

Outra medida comumente adotada é proibir a pesca comercial nos lagos. A proibição pode ser total, ou restrita a algumas espécies ou períodos específicos do ano, como por exemplo a época das secas, quando a população de peixes se concentra em um volume relativamente pequeno de água. Há ainda comunidades que permitem a pesca comercial, mas limitam a capacidade de armazenamento de pescado, o que pode ser feito pelo veto à entrada de barcos do tipo geleira, ou de barcos a motor em geral. Outros arranjos restringem o número de containeres com gelo que os barcos podem levar aos lagos, ou ainda permitem apenas a comercialização do pescado salgado, o que faz com que os pescadores gastem muito tempo com a salga do peixe e diminuam sua produtividade (McGrath et al., 1993; 1999).

Outro tipo de regulamentação muito comum é a proibição de certos equipamentos de captura, particularmente as chamadas *malhadeiras* -- redes que têm capacidade de captura muito grande e que por serem pouco seletivas causam grandes danos. É comum a proibição destas redes nos períodos de seca, principalmente. Nos períodos de cheia, as restrições costumam ser mais frouxas, pois os ribeirinhos acreditam que o grande volume de água diminui a produtividade da pesca e fornece proteção adequada aos peixes, mesmo àqueles que estão em época de desova. Por vezes se mantém restrições específicas a determinados locais onde se acredita que os peixes desovam ou concentram sua alimentação. Esta proteção baseada no conhecimento tradicional dos pescadores também pode se estender à vegetação lacustre. Alguns acordos protegem certas espécies macrófitas flutuantes e árvores frutíferas de áreas alagadas.

As limitações e regulamentações contidas nos acordos são diversas e atendem a especificidades locais e à percepção de que cada comunidade tem de seus problemas e de quais são as melhores abordagens para resolvê-los. Um fato comum a quase todos os acordos quando eles começaram a surgir, entretanto, era a falta de definições claras de quem seria responsável por monitorar sua implementação e aplicar as sanções previstas. (McGrath et al., 2002). É preciso ter em mente também que estes acordos foram feitos pelas comunidades sem que lhes fosse formalmente delegada a autoridade para tal, que cabe ao governo federal. Em última análise, os acordos poderiam e muitas vezes tinham legitimidade frente à comunidade, mas não valor legal. Em outras palavras, mesmo quando os responsáveis pelo monitoramento e pela aplicação de sanções eram claramente, eles não tinham autoridade formal para obrigar ninguém a cumprir os acordos.

Apesar dos acordos não terem valor legal, os pescadores sempre procuraram apresentá-lo aos diretores das colônias de pesca e aos escritórios locais do IBAMA, o que ajudava a conferir-lhes maior legitimidade perante a comunidade. O IBAMA tem dado seu aval aos acordos e, quando possível, tentava responder às demandas das comunidades por maior fiscalização. Em muitos casos, os próprios membros da comunidade aprendem equipamentos ilegais e os entregavam à guarda do IBAMA nas cidades mais próximas.

Uma das primeiras ações incisivas do IBAMA na região foi a intervenção no Lago Grande de Monte Alegre. O Lago Grande é um dos maiores sistemas de lago da região, no qual sérios conflitos de pesca ocorrem desde a década de 1960. Como medida para atenuar o problema, o IBAMA fez uma espécie de zoneamento do lago, demarcando uma área em que as malhadeiras e a pesca comercial foram proibidas, e a outra na qual ela foi liberada. Posteriormente, isto tornou-se uma maneira sistemática de solucionar o problema da participação local no manejo da pesca (Hartmann 1989, citado por McGrath et al., 2002).

Rumo a uma Governança Ambiental Efetiva

Os acordos de pesca são um exemplo muito importante da mobilização social de grupos sociais mais frágeis que visam mudar as regras de controle de valiosos recursos naturais. Contudo, as experiências iniciais deixavam claras as duas maiores fragilidades dos acordos: 1) a representatividade relativamente baixa de muitos acordos, que excluíram diversos atores importantes das discussões e os fez sentir-se desobrigados a cumprir as regras propostas; 2) a baixa capacidade organizacional de muitas comunidades, que representa uma grande barreira ao monitoramento dos acordos e à aplicação das sanções e; 3) a falta de amparo legal a estes arranjos. O problema organizacional é comum a outros movimentos sociais. Passado o momento de conflitos mais acirrados, são poucas as pessoas que se dispõem a realizar o trabalho cotidiano de uma organização de base, muitas vezes maçante e burocrático e que, além disso, exige grande dedicação.

Os aspectos ligados à representatividade dos acordos e à inclusão de um maior número de interessados está sendo abordada por meio da criação de Conselhos Regionais de Pesca, como o que foi criado em Santarém e que visa integrar as atividades das diversas comunidades que se interessam em implementar ou podem ser afetadas pelos acordos de pesca (McGrath et al., 2002).

A integração dos acordos de pesca ao marco institucional do manejo dos recursos naturais e conservação ambiental foi se desenvolvendo à medida em que o IBAMA diminuiu sua resistência a este tipo de prática e procurou abarcá-la. Sem dúvida um marco neste sentido foi a desconcentração de atividades relativas à pesca dentro desta agência, que ocorreu em 1996. Quando a responsabilidade pela edição de portarias complementares passou da presidência do IBAMA para as superintendências regionais. O IBAMA continua mal equipado para cumprir a tarefa de fiscalização da pesca, mas ao menos as instâncias decisórias do órgão ficaram um pouco mais próximas das partes envolvidas no problema e este órgão reconhece a importância de trazer incorporar os pescadores artesanais ao manejo da pesca na Amazônia. Uma outra mudança importante na atuação do órgão ambiental foi a adoção das bacias como marco principal do manejo da pesca, ao invés dos estados, como era feito anteriormente (McGrath, 2000).

A deficiência no monitoramento e na aplicação de sanções em grande parte está relacionada à fragilidade organizacional das comunidades e aos problemas legais e institucionais dos acordos. À medida que estes forem ganhando maior representatividade e reconhecimento legal, será mais fácil torná-los efetivo. De fato, com a formalização dos acordos, o Para resolver esse problema, o IBAMA criou a figura do Agente Ambiental Voluntário (AAV). Esses agentes são membros da comunidade que recebem treinamentos sobre legislação ambiental e que são responsáveis pelo monitoramento local. Eles não têm autoridade para prender ou confiscar equipamentos, mas podem fazer citações que são posteriormente encaminhadas para os agentes do IBAMA (McGrath, 2002). Este certamente é outro bom exemplo de como o IBAMA tem gradativamente mudado seu enfoque centralizador e tecnocrático para um enfoque mais participativo do manejo da pesca.

Vale ainda salientar que, se por um lado o movimento dos pescadores nunca teve a visibilidade do movimento dos extrativistas da floresta, por outro lado o manejo das áreas de lago no momento parece mais promissor do que o manejo do extrativismo florestal em termos de

desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais. Isso não está necessariamente ligado à características dos movimentos que lutam em cada uma destas áreas, mas sim a peculiaridades dos agroecossistemas em questão. Os críticos do otimismo inicial acerca dos benefícios ecológicos e econômicos do extrativismo (ver nota de rodapé nº 4) apontam que o fato de que os sistemas extrativistas tendem a ser menos produtivos do que os sistemas de plantação (caso claro da borracha), com maior custo unitário de seus produtos. Além disso, a oferta destes produtos é finita e a produtividade da mão de obra é baixa, o que faz com que a renda do trabalhador também seja pequena. A competição de produtos extrativistas com produtos de outras fontes faz com que estes sistemas entrem em colapso ou de importância marginal (Homma, 1989).

Estas críticas têm seu mérito, mas, não se aplicam igualmente às reservas de lago, pois as taxas de crescimento dos peixes são muito maiores do que o dos recursos florestais e a pesca extrativista continua competitiva em relação à aqüicultura, principalmente nesta região (McGrath, 1998). Além disso, os ribeirinhos têm um sistema de produção bastante diversificado e sua renda não é tão dependente do extrativismo como a dos seringueiros. Estes sistemas diversificados se estabelecem como o novo paradigma de sustentabilidade para as populações extrativistas, e as organizações de base dos seringueiros e quebradeiras de coco, assim como seus parceiros, têm investido na busca de alternativas para a diversificação.

Conclusões

Com base nos três estudos de caso, tentamos finalmente responder a questão principal deste trabalho: sob que condições internas e externas os movimentos sociais podem construir, se efetivamente o fazem instituições e organizações para criar governança territorial e quais são as implicações que isso tem com respeito à transformação produtiva e ao desenvolvimento institucional dos territórios rurais. Esta pergunta está desmembrada em cinco questões subsidiárias que são respondidas a seguir:

i. Que características têm os movimentos sociais que incorporaram considerações ambientais?

Esta é uma pergunta bastante complexa cuja resposta exigiria um número bem maior de número de casos para ser conclusiva. Contudo, é possível extrair algumas lições dos três estudos aqui apresentados.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que os movimentos sociais estudados têm um nítido componente ambiental em suas agendas, mas de modo algum podem ser considerados movimentos ambientais. Estes componentes ambientais surgiram porque as atividades econômicas destes grupos dependem da conservação e do uso racional de alguns certos recursos naturais. Os líderes destes movimentos souberam ajustar sua agenda específica a uma agenda ambiental de movimentos mais abrangentes e influentes. Com isso, novas alianças foram forjadas e os movimentos que originalmente eram locais ganharam maior projeção e escala de ação. As alianças com organizações ambientalistas permitiram o acesso a valiosos recursos – humanos, financeiros e materiais – e de certa forma ajudaram a moldar a identidade destes movimentos de base. Contudo, as agendas dos grupos ambientalistas e dos movimentos sociais ligados ao uso dos recursos naturais, como os três aqui estudados, parecem se distanciar, contudo. Fica claro que as expectativas sobre a proteção que estes grupos poderiam dar aos recursos naturais eram exageradas. Similarmente, a idéia de que a simples conservação dos recursos poderia proporcionar níveis de desenvolvimento que melhorassem a renda e a qualidade de vida das populações rurais mais pobres era demasiadamente otimista. Apesar disso, estes grupos ainda têm mais pontos comuns do que divergentes em suas agendas e ainda formam uma importante aliança.

Grupos ambientalistas não foram os únicos e talvez nem mesmo os mais importantes aliados dos movimentos sociais no campo. Outros atores externos tiveram papel fundamental para sua organização e consolidação. Na história dos movimentos da Amazônia, setores progressistas da Igreja Católica têm papel de destaque. Graças a estes grupos inúmeras organizações de base, sindicatos e cooperativas surgiram em toda a Amazônia. Estas organizações de militantes católicos das Comunidades Eclesiais de Base formaram a base dos movimentos sociais do campo e compuseram alianças e redes e colaboração que tem tido papel crucial na luta por um modelo de desenvolvimento territorial mais eqüitativo e democrático. Por outro lado, esta característica não é única daqueles movimentos que incorporaram preocupações ambientais, mas comum a grande parte dos movimentos do campo no Brasil.

Estes movimentos incorporaram a seu repertório de ação coletiva mobilizações com grande apelo ambientalista, como por exemplo os empates realizados pelas quebradeiras de coco e, principalmente, pelos seringueiros no Alto Rio Acre e o fechamento do acesso de lagos á grandes barcos pesqueiros nos lagos do Baixo Amazonas. Estas mobilizações foram necessárias para confrontar as ameaças externas que pairavam sobre estes grupos, mas também tiveram um aspecto estratégico pois os posicionou na mídia como defensores de bens públicos cuja conservação gera benefícios que não estão circunscritos à base territorial onde os movimentos atuam. O apoio público e a divulgação das causas dos movimentos sociais atraíram para o cenário político-econômico novos atores e mais recursos. Bons exemplos disso são as parcerias que as quebradeiras de coco babaçu firmaram com empresas como a Body Shop International, que procuram associar sua marca a causas ecologicamente corretas. De modo similar a indústria Italiana de pneus Pirelli passou a comprar borracha produzida em Xapuri e comercializar um pneu para caminhões com o nome da cidade, afirmando ser este um “pneu ecológico.”

Os três movimentos claramente nasceram como reação a ameaças muito contundentes ao modo de vida de seus membros. Os movimentos das quebradeiras e particularmente dos seringueiros foram além e desenvolveram uma agenda que vislumbrava ações específicas de desenvolvimento territorial. Na visão destes grupos, não basta garantir o acesso aos recursos dos quais dependiam; é necessário desenvolver alternativas produtivas que possam melhorar as condições de vida de seus constituintes. Adiante veremos como isso ocorreu na prática.

II. Até que ponto os movimentos sociais têm contribuído para gerar governança ambiental?

É importante recordar a que na introdução deste trabalho definimos Governança ambiental como o conjunto de instituições que rege o uso dos recursos naturais. Nesta análise consideramos, portanto, o sucesso ou fracasso destes movimentos em criar novos sistemas normativos, formas organizacionais, e padrões de comportamento ligados à gestão de seus recursos naturais. É importante também considerar a evolução das relações entre os movimentos sociais e os órgãos governamentais cujo trabalho afeta a gestão de recursos naturais.

Os estudos de deixam claro que há significativas diferenças entre os três casos estudados. Na Tabela 2 fazemos um resumo dos principais avanços que cada movimento logrou obter.

Tabela 2: Principais avanços institucionais gerados ou induzidos pelos movimentos sociais

Movimento	Principais avanços
Seringueiros do Alto Rio Acre	Criação do CNPT, Criação da RESEX Elaboração do plano de manejo da RESEX Criação das associações de moradores da RESEX
Quebradeiras de coco babaçu	Criação da Reserva do Quilombo do Frechal Conquista do Livre acesso ao babaçu em terras públicas Aprovação de legislação estadual que protege o babaçu Aprovação de leis municipais garantindo acesso ao babaçu em terras privadas
Pescadores do Baixo Amazonas	Aprovação dos acordos de pesca Desconcentração das instâncias decisórias do IBAMA

Evidentemente os maiores avanços foram obtidos pelos seringueiros do Alto Rio Acre. Como resultado da luta deles o IBAMA criou o CNPT e a primeira reserva extrativista do país, o que representou um precedente muito valioso para outros movimentos sociais, inclusive o das quebradeiras de coco, que também lutam pelo estabelecimento deste tipo de unidade de conservação. Esta conquista dos seringueiros foi muito significativa não só pela inovação que foi o estabelecimento de uma reserva extrativista – somada à admirável dimensão territorial da RESEX – como também por todas as inovações institucionais que se seguiram, o decreto de criação da reserva. Os moradores da área e técnicos do CNPT elaboraram o plano de manejo da área e são os próprios moradores que fiscalizam o cumprimento das regras por eles criadas.

Os pescadores do Baixo Amazonas também criaram normas de utilização dos recursos pesqueiros, mas não na mesma escala territorial que os seringueiros. Eles tampouco conseguiram os mesmos avanços organizacionais dos seringueiros, que constituíram uma série de associações, e cooperativas e fortaleceram seus sindicatos a partir da luta pela proteção dos seringais. Estas experiências organizacionais com o tempo evoluíram e muitos líderes locais contribuíram para a formação e consolidação de organizações de alcance regional, como o Conselho Nacional de Seringueiros e o Grupo de Trabalho Amazônico. Apesar dos avanços, os pescadores privilegiam suas unidades organizacionais locais, principalmente a nível comunitário.

As quebradeiras de coco não conseguiram grandes avanços em termos de inovações no uso dos recursos naturais. Algumas poucas leis estaduais protegem o babaçu e uma de suas principais causas – o livre acesso aos babaçuais – só é garantido em áreas públicas. O debate para a aprovação de uma lei federal neste sentido ainda é incipiente e as resistências a este tipo de regulamentação são grandes. As poucas leis municipais que decretam o livre acesso cobrem uma área muito pequena e têm valor constitucional questionável. Outra luta das mulheres foi, pela

criação de reservas extrativistas e neste campo suas conquistas foram muito modestas, uma vez que até o momento o governo federal criou apenas uma área, de pequena dimensão territorial. Os maiores avanços institucionais do movimento das quebradeiras sem dúvida se revelam nos aspectos organizacionais do movimento, pois nos últimos vinte anos surgiram inúmeras organizações de base ligadas ao movimento, com as mais diversas missões: grupos de mulheres, associações de produtoras, cooperativas, e outras. Estas organizações constituíram uma série de redes formais e informais entre si e com organizações similares de extrativistas e camponeses de outras regiões do país e até do exterior. Outra grande conquista do movimento sem dúvida foi o reconhecimento do papel crucial das mulheres na economia e na cultura extrativista.

Os movimentos sociais têm conseguido institucionalizar sua ação. Isso significa que eles dependem menos de episódios de mobilização e protesto para conseguir espaço político. Em todos os três casos estudados, os movimentos ampliaram sua agenda de negociação com órgãos governamentais e até mesmo se engajaram diretamente nos processos político-eleitorais. A relação direta entre movimentos e órgãos governamentais resulta bastante produtiva na criação de mecanismos de governança ambiental. Isso fica bastante claro no caso da elaboração do plano de manejo da reserva Chico Mendes, feito em conjunto pelas organizações de moradores da área e o CNPT/IBAMA. De modo similar, os pescadores do Baixo Amazonas conseguiram institucionalizar prática inovadoras de manejo de lagos em um trabalho conjunto com o IBAMA. Os dados disponíveis não permitem, contudo, especificar que fatores favorecem um bom relacionamento entre movimentos sociais e órgão governamentais. É possível que a intermediação de ONGs, pesquisadores e outros aliados dos movimentos seja uma contribuição positiva. Também é razoável supor que o tipo de relação desenvolvida entre estes atores dependa em grande parte da qualidade das lideranças dos movimentos e dos dirigentes e técnicos dos órgãos ambientais. Contudo, estas são apenas hipóteses cuja validade precisa ser testada em estudos futuros.

III. Há características dos governos nacional, estadual e municipal que afetam a relação entre movimentos sociais e governança ambiental?

Esta questão é de difícil resposta, pois é pequeno o número de casos estudados. O caso dos seringueiros é o único em que os governos municipais (a maior parte dos municípios na Região do Alto Acre e no entorno da Reserva Chico Mendes) e estadual (estado do Acre) são diretamente apoiados pelos movimentos sociais. Mesmo neste caso, não temos muitos elementos para chegar a uma resposta conclusiva. Os principais avanços no sentido de estabelecer mecanismos de governança ambiental se deram em um período anterior à chegada destes grupos ao poder (em 1996 um seringueiro foi eleito para a prefeitura de Xapuri e em 1998 um candidato do partido dos Trabalhadores foi eleito governador). Os principais atores interlocutores dos seringueiros neste processo estavam na esfera federal e os governos locais lhes eram abertamente hostis. Sem dúvida a relação com os governos municipais e estadual é muito melhor hoje, mas os seringueiros vivem uma fase de maior preocupação com transformações produtivas e é nesta atividade que encontram maior apoio destes governos.

Obviamente ainda há muitos conflitos entre governos locais e movimentos sociais. Frequentemente os governos municipais são controlados por elites rentistas e predatórias -- madeireiros que operam ilegalmente, grileiros, mineradores, grandes latifundiários -- que competem com os movimentos sociais pelo controle dos recursos naturais. Entretanto, nos três

casos estudados vimos que há vários exemplos de governos municipais que respaldam os movimentos sociais, como no caso dos municípios do Pára que reconhecem os acordos de pesca, ou os municípios maranhenses que proibiram o corte do babaçu, sem falar nos vários municípios do Acre que implementaram programas de saúde e educação na zona rural e dão apoio a atividades produtivas agroextrativistas. Para que a relação entre governo e movimentos sociais se torne consistentemente positiva, e para que se criem mecanismos democráticos e efetivos de governança, é preciso se chegar a modelos de gestão de recursos naturais com ampla participação popular e mecanismos de freios e contrapesos entre os diferentes níveis governamentais.

IV. Há formas de governança ambiental que incluem modalidades de ação coletiva e que contribuem para gerar identidade territorial?

As reservas extrativistas são formas de governança ambiental cujo manejo, assim como o manejo dos lagos exige ação coletiva, principalmente por se tratarem de recursos de propriedade comum. Até que ponto os moradores das reservas extrativistas e os pescadores dos lagos amazônicos trabalham coletivamente e com que eficiência é uma pergunta que fica em aberto. Parece haver certas dificuldades em manter o compromisso de dedicação aos projetos coletivos. De qualquer modo, fica muito claro que os esforços empreendidos para estabelecer as reservas e para criar e aprovar os acordos de pesca envolveram consideráveis esforços coletivos por parte dos seringueiros, pescadores e até das quebradeiras de coco, a despeito do pouco sucesso destas em assegurar a criação de reservas.

Certamente governança ambiental e identidade territorial estão correlacionadas, mas não se pode afirmar que a governança gera identidade, apesar de que pode sim reforçá-la. Nos casos estudados, particularmente nos exemplos dos seringueiros e das quebradeiras de coco, a identidade dos constituintes dos movimentos social foi em grande parte definida pelos conflitos que desencadearam o processo de mobilização. Pode-se dizer que um dos mais importantes fatores de coesão do grupo é justamente sua contraposição àquilo ou àqueles que os ameaçam. Em um primeiro momento, a identidade do grupo é a imagem reversa de seus antagonistas. Falamos aqui de momentos de resistências, acima de tudo. Não é coincidência, então, que os movimentos ganham maior consistência justamente nos momentos de conflito. Isso fica muito claro no caso dos extrativistas do Acre, que passaram a agir como um grupo coeso somente a partir do momento em que foram seriamente ameaçados pela intrusão dos pecuaristas nas terras onde viviam. Similarmente, as quebradeiras de coco também começaram a se aglutinar e se definir como quebradeira com o fim do livre acesso aos babaçuais do estado do Maranhão.

O caso dos pescadores do Baixo Amazonas, por outro lado, é muito mais complexo, pois envolve uma estrutura de conflitos que não podem ser facilmente definidos de maneira dicotômica. No caso dos extrativistas, podia-se dividir o quadro de conflitos em seringueiros de um lado e pecuaristas de outro. O mesmo ocorreu e ainda ocorre no caso das quebradeiras de coco. Os pescadores ora se vêem ameaçados por pecuaristas, ora por empresas de pesca. Em outros momentos, a ameaça vem de pescadores artesanais de fora da comunidade e até mesmo por membros de suas próprias comunidades. Esta dinâmica dificulta a formação de uma identidade coletiva que possa alavancar o movimento e dar-lhe visibilidade nacional e internacional, de modo

similar ao que ocorreu com os outros dois grupos estudados. É natural, portanto, que os pescadores não tenham desenvolvido extensas redes de colaboração e seus parceiros e aliados tenham menor visibilidade e poder.

Esta construção da identidade com base no antagonismo entre diferentes grupos parece ser muito mais clara nos casos em que há uma competição bem definida pelo controle de certos recursos. Neste sentido, a criação de novas formas de governança ambiental pode estimular a identidade territorial, pois assumir uma determinada identidade pode trazer benefícios a determinados atores. Ao se identificar como seringueiro um produtor pode vislumbrar a oportunidade de ter suas terras protegidas na forma de uma reserva extrativista, e assim se livrar de ameaças de grilagem e invasões, em outras palavras, ter acesso privilegiado a recursos essenciais a sua sobrevivência. É preciso deixar claro, entretanto, que há um fator cultural muito mais importante que funciona como catalisador da identidade territorial: é a própria luta coletiva pelo reconhecimento de seus direitos que diversos grupos há anos vem travando no campo. Os casos dos seringueiros e das quebradeiras são exemplares.

V. A governança ambiental estabelecida pelos movimentos sociais dá lugar a processos de desenvolvimento territoriais que incluem transformações produtivas mais igualitárias e inclusivas?

Tais transformações produtivas certamente estão no topo da agenda da maioria dos movimentos sociais do campo, entretanto, a ligação entre desenvolvimento territorial e estabelecimento de mecanismos de governança ambiental não parece muito clara. Na Tabela 3 fazemos um resumo dos principais avanços logrados nos três casos estudados.

Tabela 3: Principais transformações produtivas induzidas pelos movimentos sociais

Movimento	Principais Transformações
Seringueiros do Alto Rio Acre	Tentativas de introdução de SAFs Tentativas de manejo de outros produtos florestais não-madeiros Beneficiamento e comercialização da castanha-do-Brasil
Quebradeiras de coco babaçu	Contratos de fornecimento de óleo para Body Shop e Aveda Produção e comercialização de sabonete artesanal
Pescadores do Baixo Amazonas	Iniciativas de manejo de pesca em estudo

Em primeiro lugar, chama à atenção o fato de que os pescadores não têm procurado efetivar mudanças produtivas na economia pesqueira de modo a melhorar sua renda e diminuir a desigualdade social. As instituições ligadas à governança ambiental por eles criadas têm um aspecto muito defensivo – eles reagiram a ameaças externas e procuram criar mecanismos para manter o a disponibilidades dos recursos pesqueiros em níveis ótimos para o consumo doméstico. Esta peculiaridade do movimento se explica porque foram justamente as comunidades de pescadores multivalentes que lideraram os movimentos pelo fechamento dos lagos e pela criação

dos acordos de pesca. Obviamente, os maiores beneficiários potenciais de novos arranjos produtivos seriam os pescadores comerciais artesanais, que não têm nem o acesso privilegiado aos lagos que têm os pescadores multivalentes nem a capacidade produtiva e agressividade dos pescadores industriais. Possivelmente este grupo será beneficiado na medida em que se desenvolvam mecanismos efetivos de manejo da pesca. Para que isso ocorra, parece necessário um envolvimento maior de atores externos, particularmente do IBAMA -- agência reguladora da atividade -- e de alguma organização que possa prestar assistência técnica aos pescadores. Há experiências bem-sucedidas de manejo de pesca na Amônia em que foi possível ao mesmo tempo conservar os recursos pesqueiros e aumentar a produção de pescado. A Reserva de Mamirauá é um bom exemplo disso, mas lá a iniciativa partiu de uma ONG e não dos movimentos de base.

Nos casos dos seringueiros e das quebradeiras de coco, percebe-se uma óbvia dissociação entre os avanços nas transformações produtivas e no estabelecimento de instituições ligadas à governança ambiental. Os seringueiros conseguiram criar uma imensa reserva que protege seus recursos extrativistas e elaborar regras para utilizá-los sustentavelmente; entretanto, suas tentativas de promover o desenvolvimento territorial tiveram poucos êxitos. Há na reserva inúmeros projetos de introdução de sistemas agroflorestais e de exploração de produtos florestais não-madeireiros, mas com poucos resultados concretos até o momento. O grupo também buscou ter maior controle sobre o processo de beneficiamento e comercialização da castanha e para tanto criou cooperativas e plantas de processamento, mas os seringueiros tem tido dificuldades para gerenciar estes empreendimentos e ele ainda não geraram receitas significativas para seus associados. É preciso ter em conta ainda que o governo do estado do Acre, desde 1998, tem dado valiosas contribuições aos seringueiros na busca de transformações produtivas, inclusive subsídios à borracha que são repassados aos produtores pelas cooperativas. Esta talvez tenha sido a ação com maior impacto econômico sobre este segmento da população, contudo ainda se faz necessários promover estudos rigorosos para entender melhor os efeitos desta política.

Em contraste, se as quebradeiras de coco por um lado conseguiram criar poucas instituições ambientais, por outro lado lograram sucesso no mercado de óleos vegetais. Aliás, não só sobreviveram à liberalização de um mercado altamente competitivo como também conseguiram diferenciar parte de seu produto no mercado internacional ao dar-lhe um caráter “ecologicamente correto”. Conseguiram também produzir manufaturados com maior valor agregado e que remuneram a mão de obra familiar. Particularmente importante é o fato de que estes ganhos foram gerados e entram na economia domiciliar pelas mãos das mulheres, principalmente. Ainda que o número de quebradeiras de coco que se beneficiam destas conquistas seja relativamente pequeno, estas experiências se melhor compreendidas e difundidas podem atingir uma parcela bem maior do universo desta e de outras populações extrativistas.

Bibliografia Consultada

- Almeida, A.W.B. 1994. **Transformações Agrárias e Conflitos Sociais nas Áreas de Ocorrência do Babaçu**. Salvador, CEDE – Debate N. 3, ano IV pa. 43-60.
- Almeida, A.W.B 1995. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. São Luiz: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.
- Campos, A.J.T. 2003. Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. In Furtado, L.G.; W.Leitão e A.F. de Mello (Orgs.) **Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. p. 231 – 241.
- Cardim, S.E. C. S.; P.T.L.Vieira; J.L.R. Viégas. 2004. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. <http://www.maurolemes.hpg.ig.com.br/analiseestruturafundiaria.htm>. Consultado em 23/07/2004.
- Furtado, L.G. 1993a. **Pescadores do Rio Amazonas: Um Estudo Antropológico da Pesca Ribeirinha numa Área Amazônica**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Furtado, L.G. 1993b. “Reservas Pesqueiras”, uma Alternativa de Subsistência e de Preservação Ambiental: Reflexões a Partir de uma Proposta de Pescadores do Médio Amazonas. In Furtado, L.G.; W.Leitão e A.F. de Mello (Orgs.) **Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. P. 243 – 277. p. 243- 277.
- Furtado, L.G. 1997. Problemas Ambientais e Pesca Artesanal na Qualidade de Vida na Amazônia. In Furtado L.G. (Org.) **Amazônia: Desenvolvimento, Sócio-diversidade e Qualidade de Vida**. Belém, Universidade Federal do Pará. P. 146 – 165.
- Gomes, C.V. (2001) **Dynamics of Land Use In An Amazonian Extractive Reserve: The Case Of The Chico Mendes Extractive Reserve In Acre, Brazil**. Master Thesis Presented do the Center for Latin American Studies. Gainesville, University of Florida.
- Hartmann, W. 1989. Conflitos de Pesca em Águas Interiores da Amazônia e Tentativas para a sua Solução. In **Pesca Artesanal: Tradição e Modernidade. III Encontro de Ciências Sociais e o Mar**. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas úmidas no Brasil. p. 103 – 118.
- Homma, A. 1989. Reservas Extrativistas: Uma Opção de Desenvolvimento Viável para a Amazônia? Belém, **Pará Desenvolvimento, no 25**. p. 38 – 48.
- McGrath, D.G. 2000. Avoiding a Tragedy of the Commons: Recent Developments in The Management of mazonian Fisheries. In Hall, A. (Ed.) **Amazonia at the Crossroads: the Challenge of Sustainable Development**. London, Institute of Latin American Studies. P. 171-187.

- McGrath, D.G.; A. Cardoso; E. P, Sá. 2002. Pesca Comunitária e Co-Manejo na Várzea do Baixo Amazonas do Brasil. **International Symposium On The Management Of Large Rivers For Fisheries: Sustaining Livelihoods And Biodiversity In The New Millennium** Phnom Penh, Cambodia, 12 - 15 Fevereiro de 2002.
- McGrath, D.G.; F. Castro; C.R. Futema; B.D. Amaral; J.A. Calabria. 1993. Manejo Comunitário da Pesca nos Lagos de Várzea do Baixo Amazonas. In Furtado, L.G.; W. Leitão e A.F. de Mello (Orgs.) **Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão. p 13 – 229.
- McGrath, D.G.; F. Castro; E. Câmara; R. Futema 1999. Community Management of Floodplain Lakes and the Sustainable Development of Amazonian Fisheries. In Padoch, C.; J.M Ayres; M. Pinedo-Vasquez; A, Henderson (eds.) **Várzea: Diversity, Development, and Conservation of Amazonia's White Water Floodplains**. New York, New York Botanical Garden Press. p. 59 - 82
- Mesquita, B.A. 2001 As Relações de Produção e o Extrativismo do Babaçu no Estados do Maranhão Piauí, ,Pará e Tocantins. IN Almeida, A.W.B. **Economia do Babaçu: Levantamento Preliminar de Dados**. São Luís, MIQCB/Balaios Typographia.
- Moran, E. 1981. **Developing the Amazon**. Bloomington: Indiana University Press.
- Negreiros, C. (2000) **Terra: Sonho, Suor e Sangue**. Rio Branco, Governo do Estado do Acre.
- Penner, M.E.S.. 1980. **A Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico**. Tese de Mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- Projeto Resex (2000) **Relatório Final**. Brasília, MMA/IBAM/PPG7/CNPT.
- Shiraishi Neto, J. Babaçu Livre: Conflito entre Legislação Extrativista e Práticas Camponesas. IN Almeida, A.W.B. **Economia do Babaçu: Levantamento Preliminar de Dados**. São Luís, MIQCB/Balaios Typographia.
- Tarrow, S. 1994. **Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics**. Cambridge, Cambridge University Press